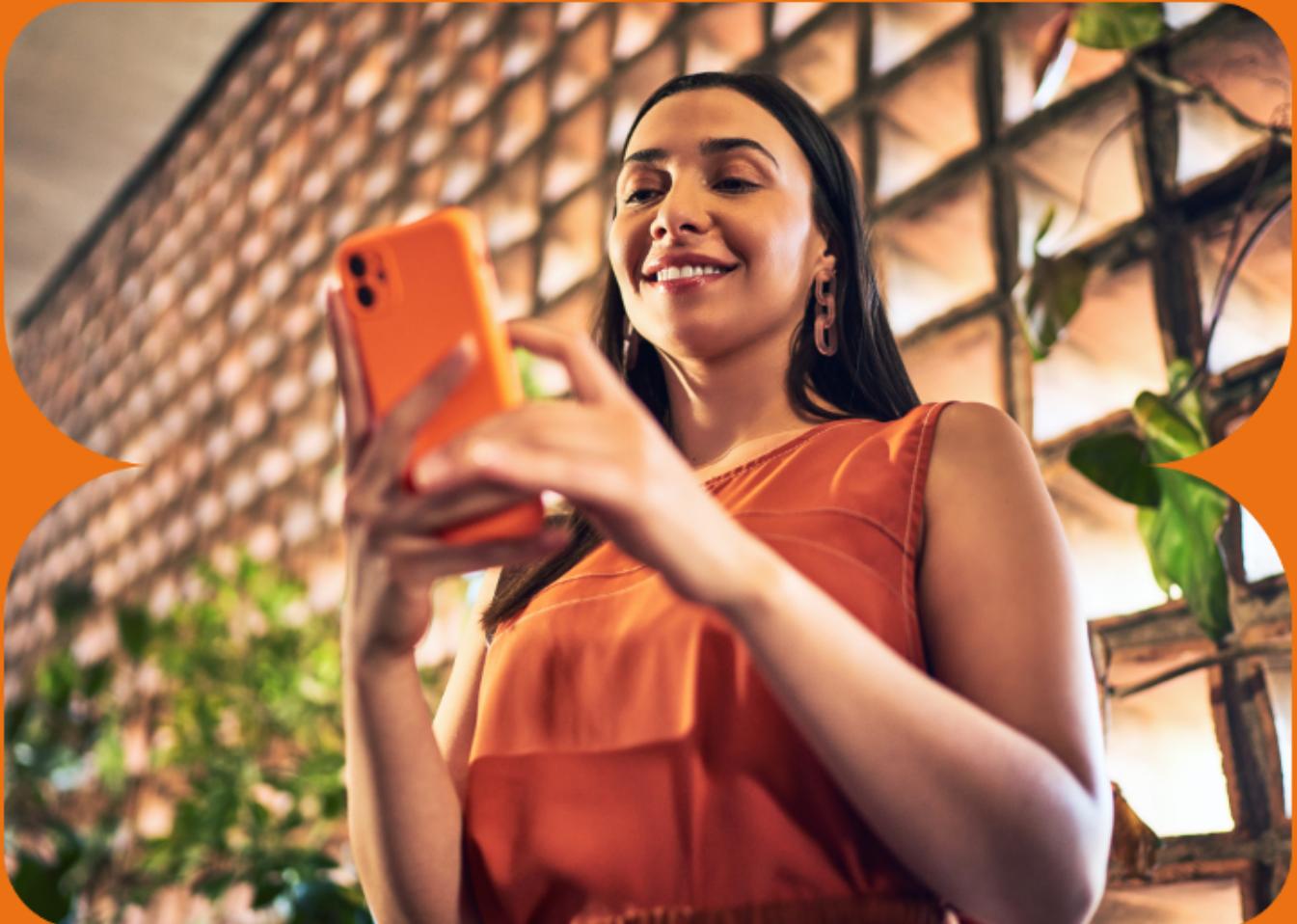




Demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023



Conteúdo

Relatório da Administração	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	4
Balanço Patrimonial Consolidado	9
Demonstração do Resultado Consolidado	10
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	14
Nota 1 Atividade e estrutura da Inter & Co, Inc. e suas controladas	14
Nota 2 Base de preparação	15
Nota 3 Mudanças nas políticas contábeis materiais	16
Nota 4 Práticas contábeis materiais	18
Nota 5 Segmentos operacionais	36
Nota 6 Gerenciamento de riscos financeiros	40
Nota 7 Valores justos de instrumentos financeiros	50
Nota 8 Caixa e equivalentes de caixa	53
Nota 9 Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	53
Nota 10 Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	54
Nota 11 Instrumentos financeiros derivativos	56
Nota 12 Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas	58
Nota 13 Ativos não circulantes mantidos para venda	64
Nota 14 Investimentos	64
Nota 15 Imobilizado	64
Nota 16 Intangível	66
Nota 17 Outros ativos	67
Nota 18 Passivos com instituições financeiras	67
Nota 19 Passivos com clientes	67
Nota 20 Títulos emitidos	68
Nota 21 Empréstimos e repasses	68
Nota 22 Impostos correntes	68
Nota 23 Provisões e passivos contingentes	69
Nota 24 Outros passivos	71
Nota 25 Patrimônio Líquido	72
Nota 26 Resultado líquido de juros	74
Nota 27 Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	74
Nota 28 Receitas de serviços e comissões	75
Nota 29 Outras receitas	75
Nota 30 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	75
Nota 31 Despesas administrativas	75
Nota 32 Despesas de Pessoal	76
Nota 33 Despesas tributárias	76
Nota 34 Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	76
Nota 35 Pagamento baseado em ações	77
Nota 36 Transações com partes relacionadas	82
Nota 37 Eventos subsequentes	61

Relatório da Administração

Inter&Co

A Inter&Co, Inc. (Inter&co, Companhia, e, juntamente com suas controladas consolidadas, Grupo Inter, Grupo ou Inter) é uma holding constituída nas Ilhas Cayman com responsabilidade limitada. Em junho de 2022, a Companhia passou a ter as suas ações listadas na Nasdaq, bolsa de valores norte-americana, com o ticker INTR, e BDRs listados na B3 com o ticker INBR32. A Inter&Co é a companhia controladora do Grupo Inter e detém indiretamente a totalidade das ações do Banco Inter.

Inter

O Inter fornece serviços financeiros e de e-commerce, com funcionalidades oferecidas em um super app financeiro que inclui serviços bancários, investimentos, crédito, seguros e cross-border, além de um marketplace que reúne os melhores varejistas do Brasil e dos Estados Unidos.

Destaques Operacionais

Clientes

Em 31 de dezembro de 2024, superamos a marca de 36,1 milhões de clientes e aumentamos taxa de ativação em 2,9 pontos percentuais quando comparado a 31 de dezembro de 2023, chegando a 56,9%.

Carteira de Crédito

O saldo das operações de crédito chegou a R\$35,6 bilhões, variação positiva de 19,5% em relação a 31 de dezembro de 2023.

Captação

A captação total, que inclui depósitos à vista, a prazo, poupança e títulos emitidos, como letras de crédito Imobiliário e letras financeiras, somou R\$55,1 bilhões, 26,5% superior ao montante registrado 31 de dezembro de 2023.

Destaques Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um lucro acumulado em 31 de dezembro de 2024 de R\$972,8 milhões representando um crescimento de 176,2% em relação período findo em 31 de dezembro de 2023.

Receitas líquidas

As receitas líquidas em 31 de dezembro de 2024, atingiram R\$6.400,2 milhões, registrando um aumento de R\$1.647,6 milhões em relação ao montante registrado no mesmo período de 2023.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal acumuladas em 31 de dezembro de 2024 somaram R\$(2.706,8) milhões, uma acréscimo de R\$(454,7) milhões em comparação com acumulado de 31 de dezembro de 2023.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$76,5 bilhões em 31 de dezembro de 2024, crescimento de 26,7% em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$9,1 bilhões, apresentando um crescimento de 19,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2023.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia informa que possui, política com requisitos de análises de riscos contratuais a qual define que o Conselho de Administração deve avaliar a transparéncia, objetividade, os aspectos de governança e o comprometimento da independência da contratação, assegurando dessa forma conformidade entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conta com Comitê de Auditoria que, dentre as responsabilidades e competências, além de opinar e recomendar sobre o prestador de serviços de auditoria, ainda avalia a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Inter, além de políticas e códigos internos.

Ademais, a Inter&Co, Inc. confirma que a KPMG Auditores Independentes Ltda. dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das demonstrações financeiras consolidadas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados na Inter & Co, Inc. As informações relacionadas aos honorários dos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no formulário de referência.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administradores da

Inter & Co, Inc

Cayman Islands

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Inter & Co, Inc. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inter & Co, Inc. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda de crédito esperada relativa a empréstimos e adiantamento a clientes

Vejam as Notas 2(c), 4(e), 6(a), 10 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Inter & Co, Inc registrou em 31 de dezembro de 2024 provisão para perda de crédito esperada, relativa à empréstimos e adiantamentos a clientes.</p> <p>A perda de crédito é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse honrado e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Para essa mensuração, a Companhia classifica as operações em três estágios, sendo que no estágio 1 a probabilidade de perda considera a perda para os próximos 12 meses e nos estágios 2 e 3 a probabilidade de perda considera a perda para o prazo remanescente da operação.</p> <p>Para avaliar se houve mudança no risco de crédito, que determina a classificação dos estágios, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente, desde o reconhecimento inicial, considerando o cliente e o tipo de produto. A mensuração da provisão de perdas de crédito esperadas é apurada com base em modelos internos de pontuação e utiliza a metodologia de probabilidade de inadimplência (PD), exposição na inadimplência (EAD) e perda por inadimplência (LGD), condições macroeconômicas e o impacto de mudanças nos cenários macroeconômicos futuros, incluindo os indicadores de mercado, tais como: taxa de Depósito Interbancário (DI), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Produto Interno Bruto (PIB) e salário mínimo.</p> <p>Consideramos a mensuração da provisão para perdas de crédito como um principal assunto de auditoria, por que envolve incertezas de mensurações significativas, como resultado da complexidade na aplicação dos modelos e da subjetividade na seleção das premissas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados aos modelos, às classificações entre os estágios, às premissas e metodologias utilizadas na mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas de crédito; - Avaliação, com o auxílio de nossos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito: <ul style="list-style-type: none"> (i) da razoabilidade da metodologia geral de mensuração das perdas de crédito esperadas, incluindo os critérios utilizados para a classificação de tais operações em estágios; (ii) das técnicas de modelagem utilizadas, inspecionando a documentação da Administração para determinar se as técnicas utilizadas são adequadas para o uso pretendido; (iii) do recálculo das estimativas de PD, EAD e LGD utilizando os dados históricos da Companhia para operações de crédito; (iv) da relevância das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros através da análise de regressão e correlação histórica com esses indicadores; (v) recálculo matemático das perdas de crédito esperadas. (vi) do teste de precisão da alocação dos estágios de acordo com os critérios da Companhia por meio de reexecução da alocação. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perda de crédito esperada relativa a empréstimos e adiantamentos a clientes, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Avaliação do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que incluem os ágios registrados no ativo intangível

Veja as Notas 4(i) e 16 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui ativos intangíveis, que inclui ágio relacionado à aquisição da Inter & Co Payments Inc, para o qual a Companhia realiza teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil excede seu valor recuperável.</p> <p>O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) é calculado com base no seu valor em uso, baseado em projeções dos fluxos de receitas e despesas, bem como fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.</p> <p>O cálculo do valor em uso da UGC requer o uso de dados e premissas significativas utilizados nos modelos de avaliação, incluindo taxa de desconto e taxa de crescimento futuro. As premissas de crescimento futuro incluem a taxa de crescimento projetada e a expectativa de inflação de longo prazo.</p> <p>Consideramos a avaliação do valor recuperável da UGC, incluindo ágio como um principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas a seleção de dados e premissas utilizadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes, incluindo controles relacionados a (i) revisão do processo orçamentário; (ii) elaboração, revisão e aprovação das principais premissas utilizadas na análise do valor recuperável; e (iii) revisão da metodologia de cálculo para realização do teste de redução ao valor recuperável; - Avaliação, com o envolvimento dos nossos especialistas de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor: <ul style="list-style-type: none"> (i) da metodologia utilizada para estimar o valor em uso, comparando-a com as práticas de avaliação geralmente aceitas no mercado; (ii) da razoabilidade das taxas de desconto utilizadas para o cálculo do valor presente e da taxa de crescimento utilizada para projeção dos fluxos de receita e despesas estimadas, comparando-as com informações obtidas de fontes internas e externas; (iii) das variações entre as projeções e os fluxos de caixa realizado, e obtenção de explicações da Companhia sobre as oscilações ocorridas; e (iv) da precisão matemática de certas etapas dos cálculos do valor presente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação do valor recuperável da UGC que inclui ágio relacionado à aquisição da Inter & Co Payments Inc, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas

controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.108.394	4.259.379
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas	9	6.194.960	3.718.506
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		5.285.402	2.664.415
Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas	10	23.899.551	16.868.112
Instrumentos financeiros derivativos	11	563	4.238
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas	12	33.327.355	27.900.543
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	234.611	174.355
Investimentos	14.a	10.401	90.634
Imobilizado	15.a	369.942	167.547
Intangível	16	1.836.053	1.345.304
Ativo fiscal diferido	34.c	1.705.054	1.033.535
Outros ativos	17	2.486.145	2.125.231
Total de ativos		76.458.430	60.351.797
Passivos			
Passivos com instituições financeiras	18	11.319.577	9.522.469
Passivos com clientes	19	42.803.229	32.651.620
Títulos emitidos	20	9.890.219	8.095.042
Instrumentos financeiros derivativos	11	70.048	15.063
Empréstimos e repasses	21	128.924	107.412
Impostos correntes	22	574.429	363.262
Imposto de renda e contribuição social		462.501	287.978
Outras obrigações fiscais		111.928	75.284
Provisões	23	151.737	70.452
Passivo fiscal diferido	34.c	61.503	32.539
Outros passivos	24	2.386.457	1.897.248
Total dos passivos		67.386.123	52.755.107
Patrimônio líquido			
Capital social	25.a	13	13
Reservas	25.b	9.793.992	8.147.285
Outros resultados abrangentes	25.c	(898.830)	(675.488)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		8.895.175	7.471.810
Participações de acionistas não controladores	25.f	177.132	124.881
Total do patrimônio líquido		9.072.307	7.596.691
Total do passivo e patrimônio líquido		76.458.430	60.351.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de juros	26	5.139.213	4.549.827
Despesas de juros	26	(3.311.638)	(2.887.573)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	27	2.629.170	1.634.543
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio		4.456.744	3.296.797
Receitas líquidas de serviços e comissões	28	1.753.280	1.304.382
Despesas de serviços e comissões		(143.430)	(135.582)
Outras receitas	29	333.571	286.979
Total de receitas líquidas		6.400.165	4.752.576
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	30	(1.799.452)	(1.541.584)
Despesas administrativas	31	(1.769.055)	(1.461.348)
Despesas de pessoal	32	(937.761)	(790.739)
Despesas tributárias	33	(477.037)	(326.584)
Depreciação e amortização		(208.829)	(160.440)
Resultado de participações em coligadas	14.b	(2.480)	(32.040)
Lucro antes da tributação sobre o lucro		1.205.550	439.841
Imposto de renda e contribuição social	34	(232.709)	(87.581)
Lucro líquido		972.841	352.260
Lucro líquido atribuível a:			
Acionistas controladores		907.132	302.343
Acionistas não controladores		65.709	49.917
Lucro por ação (em reais – R\$)			
Lucro por ação básico	25.e	2,08	0,75
Lucro por ação diluído	25.e	2,07	0,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	972.841	352.260
Outros resultados abrangentes		
Valor justo de ativos financeiros	(697.974)	291.333
Efeito fiscal dos ativos financeiros	315.095	(131.100)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(382.879)	160.233
Variação de valor justo	(145.241)	16.742
Efeito fiscal	53.227	(4.579)
Hedge de investimentos líquidos em operação no exterior	(92.014)	12.163
Variações cambiais de investimento no exterior	251.551	(22.604)
Outros	—	21
Total de outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para o resultado posteriormente	(223.342)	149.813
Total de resultados abrangentes nos exercícios		
Atribuição do resultado abrangente		
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	683.790	452.156
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	65.709	49.917

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido	972.841	352.260
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	208.829	160.440
Resultado de participações em coligadas	2.480	32.040
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	1.799.452	1.541.584
Despesas com provisões de contingências	49.120	38.611
Imposto de renda e contribuição social	232.709	87.581
Provisões/(reversões) para perda de ativos	(52.971)	(42.214)
Ganhos de capital	(55.538)	(41.785)
Receitas de performance	(73.650)	(135.260)
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	(134.448)	(88.708)
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.620.987)	190.363
Empréstimos e adiantamento a clientes	(7.204.248)	(8.062.211)
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	(1.702.514)	540.350
Títulos e valores mobiliários	(296.267)	70.642
Instrumentos financeiros derivativos	3.675	(4.238)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(60.257)	(7.412)
Outros ativos	(494.265)	(341.901)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais		
Passivos com instituições financeiras	965.973	1.615.572
Passivos com clientes	10.151.609	9.008.816
Títulos emitidos	1.795.177	1.892.877
Instrumentos financeiros derivativos	(90.256)	(22.705)
Empréstimos e repasses	(282.131)	69.700
Obrigações fiscais	207.456	178.906
Provisões	26.458	(25.608)
Outros passivos	852.784	799.771
Impostos pagos sobre o lucro	(441.972)	(263.362)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.759.059	7.544.109
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos, líquido de caixa adquirido	(81.675)	(62.357)
Aquisição de ativo imobilizado	(81.974)	(17.881)
Aquisição de intangível	(427.683)	(256.210)
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(17.710.057)	(19.381.768)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.029.542	14.913.627
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(554.540)	(680.391)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	98.852	818.576
Caixa líquido usado em atividades de investimento	(7.727.535)	(4.666.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	823.036	—
Custo associados a emissão de títulos patrimoniais	(38.768)	—
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(82.080)	(23.600)
Recompra de ações em tesouraria	(18.954)	(16.409)
Recursos de participação de não controladores	(191)	1.327
Caixa líquido usado em atividades de financiamento	683.043	(38.682)
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(3.285.433)	2.839.023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.259.379	1.331.648
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	134.447	88.708
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.108.393	4.259.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2023	13	7.817.670	(825.301)	—	—	6.992.382	96.722	7.089.104
Lucro líquido do período	—	—	—	302.343	—	302.343	49.917	352.260
Destinações propostas:								
Constituição/reversão de reservas	—	302.343	—	(302.343)	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	—	—	—	—	—	(23.600)	(23.600)
Variação líquida no valor justo - ativos financeiros ao VJORA	—	—	160.233	—	—	160.233	—	160.233
Diferenças cambiais na conversão de operações estrangeiras	—	—	(22.604)	—	—	(22.604)	—	(22.604)
Ganhos e perdas - Hedge	—	—	12.163	—	—	12.163	—	12.163
Recompra de ações em tesouraria	—	—	—	—	(16.409)	(16.409)	—	(16.409)
Transações com pagamento baseado em ações	—	(16.409)	—	—	16.409	—	—	—
Reservas reflexas	—	44.217	—	—	—	44.217	—	44.217
Outros	—	(536)	21	—	—	(515)	1.842	1.327
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	8.147.285	(675.488)	—	—	7.471.810	124.881	7.596.691
Saldos em 1 de janeiro de 2024	13	8.147.285	(675.488)	—	—	7.471.810	124.881	7.596.691
Lucro líquido do período	—	—	—	907.132	—	907.132	65.709	972.841
Destinações propostas:								
Constituição/reversão de reservas	—	907.132	—	(907.132)	—	—	—	—
Aumento de capital	—	823.036	—	—	—	823.036	—	823.036
Custo associados a emissão de títulos patrimoniais	—	(38.768)	—	—	—	(38.768)	—	(38.768)
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	(68.813)	—	—	—	(68.813)	(13.267)	(82.080)
Diferenças cambiais na conversão de operações estrangeiras	—	—	251.551	—	—	251.551	—	251.551
Ganhos e perdas - Hedge	—	—	(92.014)	—	—	(92.014)	—	(92.014)
Variação líquida no valor justo - ativos financeiros ao VJORA	—	—	(382.879)	—	—	(382.879)	—	(382.879)
Transações com pagamento baseado em ações	—	(18.954)	—	—	18.954	—	—	—
Reservas reflexas	—	43.074	—	—	—	43.074	—	43.074
Recompra de ações em tesouraria	—	—	—	—	(18.954)	(18.954)	—	(18.954)
Outros	—	—	—	—	—	—	(191)	(191)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13	9.793.992	(898.830)	—	—	8.895.175	177.132	9.072.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Atividade e estrutura da Inter & Co, Inc. e suas controladas

A Inter&Co, Inc. ("Inter&Co", "Grupo Inter", "Inter", ou "Companhia"), é a holding controladora do Grupo Inter (indiretamente controladora do Banco Inter), constituída nas Ilhas Cayman na forma de uma sociedade por ações isenta, com responsabilidade limitada, em 26 de janeiro de 2021, e registrada na U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC").

A história do Grupo Inter começou em 1994, sob o nome de Intermedium Crédito, Financiamento e Investimento S.A. Nossas operações tiveram início em 1995, com o fornecimento de empréstimos pessoais para pessoas físicas e empréstimos para capital de giro para pequenas e médias empresas. De 1995 a 2007, atuamos principalmente no Estado de Minas Gerais e aumentamos a abrangência dos produtos com a inclusão de crédito imobiliário. Em 2008, recebemos do Banco Central do Brasil a autorização para atuarmos como Banco Múltiplo, que nos permitiu realizar todas as atividades bancárias no Brasil. Assim, passamos a operar como um banco *full service*, oferecendo financiamentos, investimentos e crédito imobiliário, sob a denominação de Banco Intermedium S.A.

Em 2012, lançamos nossas atividades de corretagem de seguros, oferecendo um amplo conjunto de produtos de seguros aos nossos clientes. Em 2013, também criamos nossa corretora de investimentos a Inter DTVM, regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De 1994 a 2014, evoluímos de uma financeira para um banco licenciado, de uma presença regional para uma presença nacional e de crédito puro para crédito e serviços. Em 2015 lançamos nossa Conta Corrente 100% Digital, o marco mais importante da nossa história, mudando nossa missão para ser um banco digital *full service*. Aprimoramos nossa Conta Corrente Digital em 2016, oferecendo cartões de crédito e débito e produtos de câmbio da Mastercard. Em 2017, mudamos nossa marca para "Banco Inter" para refletir a evolução do nosso negócio, com um nome mais simples, curto e moderno, indicando o caminho que queríamos seguir nos próximos anos.

Em 2018, outro marco importante foi alcançado: fomos o primeiro banco digital a realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO) no Brasil, na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão.

Implementamos outra grande evolução de nossa estratégia em 2019, quando passamos a oferecer um marketplace de produtos não financeiros, indo além dos serviços bancários com nossa nova vertical de negócios *Inter Shop & Commerce Plus*. Entre 2019 e 2022, tivemos um grande crescimento no número de clientes (de 4 milhões em 2019 para mais de 24 milhões em 2022) e um aumento contínuo na gama de produtos oferecidos. Assim, acreditamos que o Inter é muito mais que um banco, somos um Super App, que permite que os clientes administrem suas finanças e atividades diárias, por meio de uma experiência digital simples e integrada.

Em janeiro de 2022 foi adquirida a Inter&Co Payments, Inc (anteriormente denominada USEND ou Pronto Money Transfer, Inc) empresa de tecnologia financeira com sede nos Estados Unidos. A Inter&Co Payments fornece serviços de câmbio e pagamento, tanto internacional quanto doméstico.

Em junho de 2022, concluímos nossa reorganização societária, que consistiu na migração da base acionária do Banco Inter da B3 no Brasil para a Inter & Co na Nasdaq (*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*). Desde então, a companhia aberta passou a ser a Inter & Co, Inc., negociada sob o ticker INTR, e com *Brazilian Depository Receipts* (BDR) Nível II negociados na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o ticker INBR32.

Em janeiro de 2023, concluímos outra aquisição nos Estados Unidos, da YellowFi Mortgage LLC, companhia que possui, administra e opera um negócio de originação e empréstimo hipotecário principalmente no Estado da Flórida e da YellowFi Management LLC, companhia que administra e opera o *Brickell Bay Mortgage Opportunity Fund*, um fundo de investimento em hipotecas residenciais.

Em maio de 2023, lançamos nossa sétima vertical, *Loyalty*. Em 2024, vendemos 36,8 milhões de ações ordinárias de nossa Classe A por meio de uma oferta pública subsequente, levantando aproximadamente US\$ 162 milhões em recursos brutos. A oferta foi encerrada inicialmente em janeiro de 2024 e o exercício da opção de compra de ações foi encerrado em fevereiro de 2024. Um dos principais objetivos da oferta foi aumentar a liquidez de nossas ações Classe A negociadas na Nasdaq.

Em julho de 2024, concluímos a aquisição de mais 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. (atual Inter Pag Instituição de Pagamento S.A.), consolidando o Inter como único acionista desta empresa, em uma estratégia para aproveitar o crescimento do mercado de pequenas e médias empresas e, através da combinação de tecnologias proprietárias, oferecer para os clientes Inter e Inter Pag Instituição de Pagamento S.A.

O objetivo do Grupo é atuar como uma plataforma digital multiserviço para pessoas físicas e jurídicas e, entre suas principais atividades, estão crédito imobiliário, crédito consignado, crédito para empresas, crédito rural, operações de cartões de crédito, conta corrente, investimentos, serviços de seguros, além de um *marketplace* de serviços não financeiros prestados por meio de suas controladas. As operações são realizadas no contexto do conjunto de empresas do Grupo, atuando no mercado de maneira integrada.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações contidas nestas demonstrações financeiras consolidadas e em suas notas explicativas representam todas as informações relevantes inerentes à sua elaboração e estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na gestão dos negócios do Grupo.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2025.

b. Moeda funcional e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$). A moeda funcional das empresas do Grupo está demonstrada na nota explicativa 4a. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, salvo quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas continuamente e os impactos de mudanças nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos significativos efetuados pela gestão durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as fontes de incerteza nas estimativas são descritos abaixo:

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Base para consolidação (ver nota 4a): se a Inter&Co tem controle de fato sobre uma investida.
- Classificação dos ativos financeiros (ver notas 6 e 7): se tais ativos atendem aos critérios de pagamento apenas de principal e juros (teste de SPPJ) e sua respectiva classificação (custo amortizado, valor justo por meio do resultado abrangente ou valor justo por meio do resultado).
- Equivalência patrimonial (ver nota 14): se a Inter&Co tem ao menos influência significativa sobre uma investida.

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos de exercícios futuros, podendo os resultados reais serem diferentes daqueles apurados com base em tais estimativas. Os principais itens suscetíveis a impactos de estimativas estão divulgados abaixo e estão relacionados com as seguintes notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte as Notas Explicativas 6 e 7) - avaliação do modelo de negócios em que os ativos são mantidos e avaliação caso os termos contratuais do ativo financeiro referem-se apenas aos pagamentos de principal e juros (teste de SPPI).
- Combinação de negócios (ver nota 4b): determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios.
- Teste de recuperabilidade de ativos intangíveis e ágio (ver notas 16 e 4(h)): para fins de teste de recuperabilidade, a cada entidade investida foi considerado uma unidade geradora de caixa ("UGC").
- Ativo fiscal diferido (ver nota 32): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos.
- Provisão para perdas esperadas de crédito (ver notas 4e e 12): a mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) requer o uso de modelos quantitativos complexos e premissas sobre condições econômicas futuras e o comportamento de crédito. Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis visando mensurar a perda de crédito esperada, tais como: determinar os critérios para avaliar o aumento significativo do risco de crédito; selecionar modelos quantitativos e premissas apropriadas para mensurar a perda de crédito esperada; e estabelecer diferentes cenários prospectivos e sua ponderação, entre outros.
- Provisões (ver nota 23): reconhecimento e mensuração de provisões, incluindo a provisão para processos judiciais. As principais premissas consideradas referem-se à probabilidade e à magnitude das saídas de recursos.

3. Mudanças nas políticas contábeis materiais

Pronunciamentos contábeis novos ou revisados adotados em 2024

As seguintes normas, novas ou revisadas, foram emitidas pelo IASB e adotadas pelo Grupo para os exercícios cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Classificação dos Passivos como Circulante ou Não Circulante – Alterações à IAS 1:** Esclarece quando levar em conta as condições contratuais (*covenants*) que possam impactar o direito incondicional de adiar a liquidação do passivo pelo período mínimo de 12 meses após o período de encerramento de suas demonstrações financeiras, além de estabelecer requisitos de divulgação para os passivos com *covenants* classificados como não circulantes. Essas mudanças entraram em vigor no início de 2024 e não tiveram impactos significativos para a Inter&Co.
- **Alterações no IFRS 16 - Arrendamentos:** o IASB emitiu alterações de escopo restrito aos requisitos para transações de venda e relocação (*sale and leaseback*), explicando como uma entidade deve contabilizar uma venda e relocação após a data da transação. As transações de venda e relocação em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados. Essas mudanças entraram em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e não tiveram impactos significativos para a Inter&Co.
- **Alterações na IAS 7 e IFRS 7 - Acordos financeiros de fornecedores:** essas alterações exigem divulgações para aumentar a transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma empresa. Os requisitos de divulgação são a resposta do IASB às preocupações dos investidores de que os acordos de financiamento de fornecedores de algumas empresas não são suficientemente visíveis, dificultando a análise dos investidores. Essas mudanças entraram em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e não tiveram impactos significativos para a Inter&Co.

Outras novas normas e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor

- **Alteração na IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** as mudanças exigem a aplicação de uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e a alteração esclarece como as entidades devem determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas, quando uma moeda for difícil, ou não puder, ser trocada. As alterações visam melhorar a informação que uma entidade presta em suas demonstrações contábeis. A referida alteração é exigida para as demonstrações financeiras anuais de exercício iniciados a partir de 1 de janeiro de 2025. A administração não espera que a adoção da alteração descrita acima tenha um impacto significativo, além de divulgações adicionais, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- **Alterações no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações:** emitida em maio de 2024, as alterações e esclarecimentos são em relação a baixa de passivos financeiros por meio de sistemas eletrônicos, avaliação das características contratuais do fluxo de caixa na classificação (SPPI Test), como por exemplo: ativos financeiros vinculados a ESG (*Environmental, Social and Governance*) e entre outros instrumentos financeiros. Além disso, foram incluídas divulgações adicionais relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026. A administração está avaliando os efeitos da adoção desta alteração nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras:** emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 e traz exigências adicionais para as demonstrações financeiras com objetivo de aprimorar as informações aos acionistas. Ela define três categorias para receitas e despesas: operacional, investimentos e financiamentos, além de incluir novos subtotais. A norma também orienta sobre a divulgação de indicadores de desempenho definidos pela administração e traz requisitos específicos para empresas do setor bancário e de seguros. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027, e a Administração está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** emitida em maio de 2024, a norma define que uma subsidiária sem responsabilidade pública pode fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade em IFRS nas suas demonstrações contábeis. A norma é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A administração está avaliando os efeitos da adoção desta norma nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

4. Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Base de consolidação

As empresas que estão sob o controle da Inter&Co são classificadas como controladas. A Companhia é considerada controladora de uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de usar este poder para afetar o valor de tais retornos.

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas utilizando-se políticas e práticas contábeis uniformes. Nesse sentido, ajustes são realizados nas demonstrações contábeis individuais de algumas controladas para garantir a uniformidade e conformidade de critérios na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo.

As controladas são consolidadas integralmente a partir do momento em que a Companhia adquire o controle de suas atividades até a data em que o controle deixa de existir. As únicas restrições significativas à capacidade do Grupo de acessar ou utilizar os ativos e liquidar os passivos, são as restrições regulatórias, vinculadas às reservas compulsórias mantidas em cumprimento à exigência do Banco Central do Brasil, que limitam a capacidade das controladas da Inter&Co de transferir caixa para outras entidades do grupo econômico. Não existem outras restrições legais ou contratuais e nem garantias ou outros requisitos que possam restringir o pagamento de dividendos e outras distribuições de capital ou que empréstimos e adiantamentos sejam feitos ou pagos a (ou por) outras entidades do grupo econômico.

A tabela a seguir mostra as participações societárias detidas nas controladas em cada período:

Controladas	Ramo de atividade	Ações e/ou cotas	Moeda funcional	País	Participação no capital (%)	
					31/12/2024	31/12/2023
Controladas diretas						
Inter&Co Participações Ltda. (f)	Holding	2.348.517.995	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
INTRGLOBAL EU Serviços Administrativos, LDA	Holding	1	EUR	Portugal	100,00 %	100,00 %
Inter US Holding, Inc	Holding	100	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Holding Financeira S.A.	Holding	401.207.704	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Marketplace Intermediacão de negócios e Serviços Ltda. (a)	Marketplace	1.984.271.386	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Landbank Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada (d)	Fundo de Investimento	492.297.014	BRL	Brasil	100,00 %	— %
Inter&Co Solutions (g)	Prestação de serviços	16.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	— %
Controladas indiretas						
Banco Inter S.A.	Banco Múltiplo	2.593.598.009	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	335.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	60.000	BRL	Brasil	60,00 %	60,00 %
Inter Titulos Imobiliarios Fundo de Investimento Imobiliario	Fundo de Investimento	485.935.000	BRL	Brasil	97,19 %	98,30 %
BMA Inter Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Multissetorial	Fundo de Investimento	145.124.551	BRL	Brasil	65,17 %	86,46 %
TBI Fundo De Investimento Renda Fixa Credito Privado	Fundo de Investimento	230.278.086	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
TBI Fundo De Investimento Crédito Privado Investimento Exterior	Fundo de Investimento	15.000.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
IG Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento	144.796.772	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Simples Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial	Fundo de Investimento	44.578	BRL	Brasil	91,29 %	99,11 %
IM Designs Desenvolvimento de Software S.A	Prestação de serviços	50.000.000	BRL	Brasil	50,00 %	50,00 %

Controladas	Ramo de atividade	Ações e/ou cotas	Moeda funcional	País	Participação no capital (%)	
					31/12/2024	31/12/2023
Acerito Cobrança e Informações Cadastrais S.A.	Prestação de serviços	60.000.000.000	BRL	Brasil	60,00 %	60,00 %
Inter & Co Payments, Inc	Prestação de serviços	1.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda	Gestora de recursos	750.814	BRL	Brasil	70,87 %	70,87 %
Inter Café Ltda.	Prestação de serviços	13.010.000	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Boutiques Ltda.	Prestação de serviços	6.010.008	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Food Ltda.	Prestação de serviços	7.000.000	BRL	Brasil	70,00 %	70,00 %
Inter Viagens e Entretenimento Ltda.	Prestação de serviços	94.515	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter Conectividade Ltda.	Prestação de serviços	33.533.805	BRL	Brasil	100,00 %	100,00 %
Inter US Management, LLC	Prestação de serviços	100.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter US Finance, LLC	Prestação de serviços	100.000	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter&Co Securities LLC (b)	Holding	—	US\$	EUA	100,00 %	100,00 %
Inter&Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. (c)	Prestação de serviços	9.896.122.671	BRL	Brasil	100,00 %	— %
Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (e)	Prestação de serviços	841.574.256	BRL	Brasil	100,00 %	50,00 %
Inter&Co Us advisors, LLC (h)	Gestora de recursos	—	US\$	EUA	100,00 %	— %

(a) Em 27 de março de 2024, o Banco Inter, que era o único acionista do Inter Marketplace, transferiu suas ações para a Inter&Co Participações Ltda., que passou a ser controladora direta da Inter Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços Ltda e, consequentemente, subsidiária indireta da Inter Marketplace. Inter&Co. Posteriormente, em 2 de novembro de 2024, a Inter Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços Ltda tornou-se subsidiária direta da Inter&Co, Inc.

(b) A reorganização da Inter&Co Securities, LLC ("Securities") foi concluída em 22 de fevereiro de 2024. A Inter&Co, Inc. ("Inter&Co"), que era a única proprietária da Securities, transferiu as quotas da Securities para sua controlada direta, Inter US Holding, Inc. ("US Holding"). Com a conclusão dessa reorganização, a Securities agora é uma controlada direta da US Holding e, consequentemente, uma controlada indireta da Inter&Co.

(c) Em 19 de abril de 2024, houve uma alteração na estrutura de controle da Inter&Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda., passando a ser controlada diretamente pelo Banco Inter. Anteriormente, a Inter&Co Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda. era controlada pela Inter&Co Payments, Inc.

(d) Em 28 de junho de 2024, a Inter&Co realizou um investimento significativo adquirindo um número significativo das cotas do fundo Landbank. Como resultado dessa aquisição, os dados financeiros referentes a esses fundos passaram a ser incluídos na base de consolidação das demonstrações financeiras da Inter&Co.

(e) Em 28 de Maio de 2024 o Banco Inter (controlada indireta) anunciou a celebração dos contratos para aquisição da totalidade do capital social da Inter Pag, após aprovação do BACEN (Banco Central do Brasil) que ocorreu em 24 de Julho de 2024, o Inter passou a ser o único acionista da Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (anteriormente denominada Granito Soluções em Pagamento S.A.).

(f) Em 2 de novembro de 2024, a Inter&Co Participações realizou uma redução de capital por meio da entrega dos investimentos detidos na Inter Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços Ltda. e na Inter&Co Solutions à Inter&Co, Inc.

(g) A Inter&Co Solutions Ltda. foi formada em julho de 2024 como uma subsidiária da Inter&Co Participações. Posteriormente, a Inter&Co Solutions se tornou uma subsidiária direta da Inter&Co, Inc.

(h) Em outubro de 2024, a Inter&Co US Advisors foi constituída e passou a ser a controlada direta da US Holding, Inc, consequentemente, uma controlada indireta da Inter&Co.

Participações de acionistas minoritários

A Inter&Co pode exercer o controle de algumas investidas sem necessariamente deter 100% de seu capital. Nestes casos, a Companhia reconhece a parcela relativa à participação de não controladores no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, bem como destaca, na demonstração do resultado, os resultados advindos de suas controladas que são relativos à participação dos não controladores. Nas operações em que a Companhia compra participação adicional dos acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas em alienações para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, desde que esta venda não represente uma perda de controle.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Os saldos patrimoniais e transações intragrupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas decorrentes de transações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não haja evidência de perda ao valor recuperável.

b. Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Inter avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar resultados futuros.

A Inter tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que lhe permite avaliar de forma simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se substancialmente todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis semelhantes.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado.

Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (“Inter Pag”) (anteriormente denominada Granito Soluções em Pagamento S.A.)

Em 24 de julho de 2024, o Banco Inter passou a ser o único acionista da Inter Pag, detendo 100% do capital social. Anteriormente a essa transação, o Grupo tinha 50% do capital social da Inter Pag.

A Inter Pag é uma empresa brasileira de serviços de pagamento com cartão, visa integrar a tecnologia completa ao ecossistema do Banco Inter, fortalecendo sua oferta de soluções inteligentes de pagamento para o mercado. Com a visão voltada para o futuro, a aquisição da Inter Pag prepara o Banco Inter para moldar as transações financeiras do amanhã, não apenas atendendo, mas também antecipando as necessidades de seus clientes com inovação, agilidade e acessibilidade.

I. Contraprestação transferida

A tabela abaixo resume os valores da contraprestação transferida:

Em milhares de Reais	2
Caixa	111.785
Total da contraprestação transferida	111.785

II. Custo de aquisição

O Inter incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$255 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Esses custos foram registrados como “Despesas administrativas” na demonstração de resultado

III. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Inter Pag, na data da aquisição são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais		2024
Ativos	Nota	1.238.608
Caixa e equivalentes de caixa		30.110
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras		777.806
Ativos fiscais diferidos	34	86.588
Imobilizado	15	155.992
Intangível	16	93.298
Outros ativos		94.814
Passivos	Nota	1.177.578
Passivos com instituições financeiras		831.135
Empréstimos e repasses		303.643
Impostos correntes		1.877
Provisões	23	5.707
Passivo fiscal diferido	34	13.755
Outros passivos		21.461
Total de ativos identificáveis líquidos ao valor justo		61.030

Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnicas de avaliação	Valor justo	Vida útil
Software	Estimamos o valor justo do software utilizando a metodologia de <i>Royalty Relief</i> . Essa abordagem baseia-se na capitalização dos royalties economizados, considerando que a companhia é a proprietária do software.	40.457	10,5

Provisões

Na data da aquisição da Inter Pag Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada Granito Soluções em Pagamento S.A.), foram registradas provisões no montante de R\$ 5.707, referentes a causas trabalhistas de diversas naturezas, incluindo pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias. Essas causas se encontram em fases processuais distintas, além de incluir causas cíveis. A avaliação das provisões é realizada com base em relatórios técnicos de especialistas jurídicos, que consideram os cenários potenciais de perdas.

Na data do balanço, as provisões foram reavaliadas e o montante foi ajustado para R\$ 5.330, com base no resultado provável esperado. A provisão será revisada periodicamente, e os ajustes serão reconhecidos no resultado do período, conforme o andamento dos casos.

IV. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinando conforme segue:

Em milhares de Reais	Nota	2024
Contraprestação transferida	4.b (i)	111.785
Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida		111.785
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	4.b (iii)	(61.030)
Ágio	16	162.540

A avaliação a valor justo da participação pré-existente de 50% na entidade adquirida gerou um ganho de capital de R\$ 34.032, calculado pela diferença entre R\$ 111.785 e R\$ 77.752, que representa o valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial na data da aquisição. Esse montante foi reconhecido como ganhos de capital em outras receitas na demonstração do resultado (nº 29).

O ágio é atribuído principalmente aos benefícios econômicos futuros resultantes das sinergias entre a Inter Pag, uma empresa brasileira de serviços de pagamento com cartão, e o ecossistema do Banco Inter. Essa aquisição proporcionará ao Banco Inter a integração completa da tecnologia da Inter Pag, fortalecendo sua oferta de soluções inteligentes de pagamento no mercado. Com uma visão voltada para o futuro, o Banco Inter está preparado para moldar as transações financeiras do amanhã, não apenas atendendo, mas também antecipando as necessidades de seus clientes. Vale ressaltar que o ágio reconhecido não é esperado para ser dedutível para fins de imposto de renda.

V. Contribuição para o resultado do grupo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Inter Pag contribuiu com receita líquida de R\$ 96.126 e um lucro de R\$ 1.472 para o resultado do Grupo. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, teria contribuído com uma receita líquida de R\$ 187.270, porém registrando um prejuízo de R\$ 3.488 para o resultado do Grupo no exercício.

c. Moeda estrangeira e conversão das demonstrações financeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades controladas pela Inter&Co pelas taxas de câmbio à vista nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras nas datas de relatório são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio à vista naquela data. Os ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data em que o valor justo é determinado. Itens não monetários avaliados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio vigente na data da transação e não sofrem atualização cambial. Diferenças em moeda estrangeira decorrentes da conversão são reconhecidas no resultado.

Conversão das demonstrações financeiras de controladas

Os ativos e passivos de controladas cuja moeda funcional difere da moeda funcional da Inter&Co, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas a cada data do balanço. As receitas e despesas destas controladas são convertidas para o Real utilizando-se as taxas médias de câmbio de cada período de apuração.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Inter&Co baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores.

d. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil e no exterior) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimento original não superior a 3 meses que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. Estes instrumentos são utilizados pelo Grupo para gerir os seus compromissos de curto prazo.

e. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados a valor justo e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Os Instrumentos Financeiros são classificados como ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outro resultado abrangente (VJORA); ou
- Valor justo por meio do resultado (VJR).

A classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócio em que são gerenciados;
- As características dos seus fluxos de caixa (Teste de Pagamento Exclusivo de Principal e Juros - Teste de SPPI).

Modelo de negócios: representa a forma como os ativos financeiros são administrados para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da administração em relação a um instrumento individual.

Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de:

- i) coleta de fluxos de caixa contratuais;
- ii) coleta de fluxos de caixa contratuais e venda de ativos; ou
- iii) outros.

Para avaliar os modelos de negócio, o Grupo considera os riscos que afetam o desempenho dos negócios, assim como a sua forma de avaliação e reporte à administração.

Quando o ativo financeiro for mantido nos modelos de negócios "i" e "ii" acima, será necessário aplicar o Teste de SPPI.

Teste de SPPI: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, visando verificar se eles se referem apenas a pagamentos de principal e juros incluindo a consideração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e outros riscos básicos de empréstimos.

Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, como exposição a mudanças nos preços de instrumentos patrimoniais, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Os contratos híbridos devem ser avaliados como uma única unidade, incluindo todos os recursos incorporados.

Classificação

Com base nesses fatores, o Inter aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

Custo Amortizado

- Ativos administrados para obter fluxos de caixa, consistindo apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPI);
- Inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido de custos de transação;
- Posteriormente, é mensurado ao custo amortizado, utilizando a taxa de juro efetiva; e
- Os juros, incluindo a amortização de ágios e descontos, são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Receita de juros, calculados pelo método dos juros efetivos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outro resultado abrangente

- Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas por pagamentos de principal e juros (Teste de SPPI) quanto para venda;
- Reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação e posteriormente mensurado ao valor justo;
- A receita de juros é reconhecida na Demonstração do Resultado utilizando a taxa de juros efetiva na rubrica Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos;
- Perdas de créditos esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado; e
- Ganhos e perdas não realizados (exceto perdas de crédito esperadas, diferenças de taxa de câmbio, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, como outros resultados abrangentes na rubrica de Ativos financeiros ao VJORA - Variação líquida no valor justo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

- Ativos que não cumprem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados em reconhecimento inicial como pelo valor justo por meio do resultado para reduzir os “descasamentos contábeis”;
- Inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados pelo valor justo;
- Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
- Ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado de instrumentos financeiros derivativos ou Resultado com títulos e valores mobiliários.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxos de caixa expiram ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, o Grupo avalia se manteve o controle. Se o Grupo não tiver retido o controlo, desprende o ativo. Se o Grupo o tiver rejeitado, continua a reconhecer o ativo até ao fim do seu envolvimento contínuo.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores reconhecidos e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, como Ações e Cotas.

O Grupo mensura todos os seus instrumentos patrimoniais mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado.

Taxa de juros efetiva

A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, e é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do ativo ou passivo financeiro ao valor no reconhecimento inicial.

Para o cálculo da taxa efetiva de juros, o Grupo estima os fluxos de caixa levando em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas futuras de crédito. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada através da taxa de juros efetiva aplicada ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Detalhes sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, bem como sobre a hierarquia do valor justo, são apresentados na nota explicativa nº 7.

Perda de crédito esperada

O Grupo avalia, prospectivamente, a perda de crédito esperada associada a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é efetuado a cada data de balanço e uma despesa é reconhecida no resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Grupo reconhece a despesa de provisão para perdas de crédito na demonstração do resultado e ajusta os ganhos ou perdas de valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Medição da perda de crédito esperada

Para mensurar a perda de crédito esperada, são utilizados os seguintes critérios:

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa efetiva cobrada;
- **Compromissos de empréstimo:** a perda é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse honrado e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber; e

- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados à contraparte e os montantes que o Grupo espera recuperar.

A cada exercício de apresentação, o Grupo avalia a perda esperada da sua carteira de crédito. A perda esperada é calculada utilizando as seguintes entradas: probabilidade de inadimplência (PD), perda em caso de inadimplência (LGD) e exposição à inadimplência (EAD):

- **Probabilidade de inadimplência (PD):** O parâmetro PD indica a probabilidade de um cliente entrar em incumprimento num determinado período de tempo calculado por modelos internos de avaliação. A PD é calculada levando em consideração o risco equivalente a um horizonte de 12 meses, o risco associado ao prazo total remanescente da operação, ou uma probabilidade de inadimplência de 100%;
- **Perda em caso de inadimplência (LGD):** A LGD expressa o percentual de perda em caso de inadimplência, considerando os esforços de recuperação. O cálculo é efetuado tendo em conta as características do ativo financeiro, bem como as suas garantias e/ou outras características relevantes relacionadas com o crédito;
- **Exposição à inadimplência (EAD):** O EAD é o valor esperado da exposição do Grupo a um cliente em situação de incumprimento que é utilizado na estimativa da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, a EAD incorpora a expectativa de utilização desses compromissos ou garantias à data do incumprimento.

Para cálculo da perda de crédito esperada, a carteira de crédito é dividida em produtos com características similares, sendo: crédito imobiliário; cartões de crédito; crédito pessoal e crédito empresas.

Posteriormente, os clientes são classificados em níveis de rating de acordo com a PD associada a cada um deles. Para a estimativa da PD são considerados os comportamentos dos clientes, considerando informações de agências de crédito e dados históricos internos.

Para a estimativa de LGD é considerado um período de exercício – recuperação de ativos – de até 60 meses, considerando a natureza das operações. Porém, para calcular o valor recuperado, considera-se a perda de valor ao longo do tempo para mensurar os impactos econômicos naquele ativo.

O Grupo aplica a abordagem de três estágios na mensuração de perda de crédito esperada, dado que os ativos financeiros realizam a migração de um estágio para o outro de acordo com a alteração no risco de crédito, são eles:

- **Estágio 1:** o risco de perda nesse estágio não apresenta variações significativas, a provisão neste momento representa a perda esperada resultante de possíveis inadimplências no decorrer de 12 meses subsequentes;
- **Estágio 2:** Este estágio é aplicado no caso de ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito, que apresentam um aumento significativo de risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda estarem em situação de imparidade de crédito. O Inter avalia o risco de seus ativos financeiros com base em critérios absolutos (31 a 90 dias de atraso) e critérios relativos que comparam a pontuação do comportamento atual com a pontuação do reconhecimento inicial, levando em consideração variáveis como inadimplência em outros produtos e dados de mercado; e
- **Estágio 3:** Nesta fase, o instrumento financeiro é considerado em imparidade de crédito e tem problemas de recuperação observáveis devido a um ou mais eventos que causaram uma perda. O Grupo identifica os ativos financeiros como em situação de imparidade de crédito com base em ativos vencidos há mais de 90 dias ou em indícios de que a dívida não será paga integralmente sem ativação de garantia financeira. A provisão para perdas reflete as perdas esperadas devido ao risco de crédito ao longo da vida residual do instrumento financeiro.

Caso o risco de crédito aumentar ou diminuir, o instrumento financeiro pode migrar para os estágios 2 e 3 (alto risco), ou retornar para o estágio 1 (baixo risco) caso não demonstre mais problemas de recuperação de crédito ou tenha sido comprado/originado com sinais de deterioração.

Finalmente, para incorporar as perspectivas macroeconômicas que podem afetar as condições financeiras da carteira, um fator de correção baseado em um modelo macroeconômico é utilizado, o qual, considera os principais indicadores de mercado: Taxa de Depósito Interbancário (DI), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Produto Interno Bruto (PIB) e salário mínimo.

A probabilidade de inadimplência de cada grupo de produtos é calibrada por meio de um multiplicador, que contempla as previsões para as variáveis citadas acima, com variações que representam um cenário base e um cenário de estresse de mercado. As previsões das variáveis macroeconômicas utilizadas são obtidas por meio de estudo do departamento de pesquisas do Inter, além da avaliação das previsões externas.

Para determinar a provisão para perdas esperadas, a PD calibrada pelo modelo macroeconômico é multiplicada pela LGD e EAD de cada operação, o que resulta na perda de crédito esperada de cada ativo.

As áreas de risco de crédito e inteligência de dados são responsáveis por definir as metodologias e modelagens utilizadas para mensurar a perda esperada nas operações de crédito e avaliar a evolução dos valores de provisão, de forma recorrente.

Essas áreas monitoram as tendências percebidas na provisão para perdas de crédito esperadas por segmento, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear alterações na provisão, PD ou LGD.

Baixa de Ativos Financeiros

Quando não existe uma expectativa razoável de recuperação de um ativo financeiro (geralmente quando os clientes estão vencidos há mais de 360 ou quando o Grupo foi notificado do falecimento do cliente), a baixa total é efetuada simultaneamente com a reversão do respectivo provisão para perda esperada, sem impacto líquido no resultado. As recuperações subsequentes destes valores são registadas como ganhos na Demonstração dos resultados, na rubrica de Resultado de perdas por redução do valor recuperável de ativos financeiros.

ii. Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

Passivos financeiros ao valor justo por meio de lucro ou prejuízo: classificação aplicada aos derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O Grupo designa passivos financeiros, de forma irrevogável, ao justo valor por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de justo valor), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é retirada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

iii. Derivativos

Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o justo valor é positivo e como passivos financeiros quando o justo valor é negativo.

O Grupo optou por continuar a aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39 em 31 de dezembro de 2024. No entanto, poderá adotar os requisitos do IFRS 9 em períodos futuros. De acordo com esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumentos de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecimento de ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Todas as condições a seguir devem ser atendidas para a qualificação como um *hedge* contábil:

- No início do hedge, há uma designação formal e documentação da relação de hedge e do objetivo e estratégia de gestão de risco da entidade;
- Espera-se que o hedge seja altamente eficaz na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistente com a estratégia de gerenciamento de risco originalmente documentada para este relacionamento de hedge;
- Para um hedge de fluxo de caixa, uma transação esperada que está sujeita ao hedge deve ser altamente provável e gerar mudanças nos fluxos de caixa que podem afetar o resultado;
- A efetividade da proteção (hedge) pode ser mensurada de maneira confiável, ou seja, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto atribuível ao risco coberto e o valor justo do instrumento de cobertura podem ser mensurados de maneira confiável; e
- A efetividade do hedge é medida continuamente e determinada como altamente efetiva durante todos os períodos para os quais ela foi designada.

Há três tipos possíveis de coberturas com base nas normas: hedge de valor justo, hedge de fluxo de caixa e hedge de investimento líquido em controlada no exterior. O Grupo utiliza apenas o hedge de valor justo com derivativos como instrumentos de hedge.

Para os derivativos designados e qualificados como parte de um hedge de valor justo, são aplicadas as seguintes práticas:

- O ganho ou perda resultante da remensuração do instrumento de cobertura ao justo valor é reconhecido no resultado; e
- O ganho ou perda resultante da mensuração do valor justo do item protegido atribuível ao risco designado é reconhecido no resultado. Quando o derivativo expira ou é vendido e o hedge ou os critérios de hedge contábil deixam de ser atendidos, ou o Grupo revoga a designação, o Grupo descontinua a contabilidade de hedge prospectivamente. Qualquer ajuste no valor contábil do item protegido é amortizado no resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na nota explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente swap registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em hedges de risco de mercado de determinados empréstimos e adiantamentos a clientes. Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados na nota explicativa nº 11.

iv. Compromissos de empréstimo e garantias financeiras

Os compromissos de empréstimos e garantias financeiras são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Posteriormente, este valor justo é amortizado ao longo da vida do contrato. Se o Grupo concluir que a perda de crédito esperada com relação ao contrato é maior do que o valor justo inicial menos a amortização acumulada, o contrato é mensurado pelo valor da perda de crédito esperada.

f. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem propriedades recuperadas de operações de crédito com clientes, se houver expectativa de que o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio da venda ao invés do uso. Essa condição é atendida somente quando a venda for altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata na sua condição atual, ou se a causa de indisponibilidade para venda imediata não estiver sob o controle da Companhia. A administração deve estar comprometida com a venda, que, no reconhecimento, deve ser considerada concluída em até um ano a partir da data de classificação. A reclassificação do ativo para esta rubrica do balanço, quando esta condição é cumprida, é realizada ao seu valor contábil ou pelo valor justo menos os custos de venda do ativo, o que for menor.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, excluindo despesas de manutenção, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo dos ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários para deixá-los pronto para o uso pretendido. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade dos equipamentos relacionados é registrado como parte desses equipamentos. As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são reavaliados e ajustados, se necessário, a cada data de apresentação ou conforme aplicável.

Ganhos e perdas na alienação do ativo imobilizado (calculados pela diferença entre o valor da alienação e o valor contábil do imobilizado) são registrados na Demonstração do Resultado.

Despesas subsequentes

O custo de reparo ou manutenção que não altera significativamente a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros de um item do ativo imobilizado é reconhecido no resultado do exercício à medida em que ocorre. Por outro lado, peças de reposição e substituições de itens essenciais para o funcionamento do imobilizado, ou que irão alterar significativamente sua capacidade de geração de benefícios, tem seu valor incorporado ao custo contábil do imobilizado no momento em que ocorrem.

Depreciação

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada para reduzir seu valor contábil aos seus valores residuais estimados. Os terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é como segue:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios, móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excedente do valor da: (i) contraprestação transferida; (ii) o valor da participação dos não controladores na empresa adquirida; e (iii), em uma combinação de negócios realizada em etapas, o valor justo da participação societária anteriormente detida pela Inter&Co na empresa, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

O ágio não é amortizado, mas é avaliado anualmente quanto à perda por redução ao valor recuperável.

I. Análise de perda por redução recuperável Inter&Co Payments, Inc

Foi realizado o teste de *impairment* da Inter&Co Payments, Inc para a data-base de 30 de setembro de 2024 e nenhuma perda ao valor recuperável do ágio foi registrado nessa demonstração financeira, dado que o valor recuperável desta UGC (Unidade Geradora de Caixa) foi superior ao seu valor contábil.

Os valores recuperáveis foram calculados com base em seu valor em uso, descontando os fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pelo uso contínuo de seus ativos até sua alienação final.

Principais áreas de julgamento

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração das tendências futuras no setor relevante e foram baseados em dados históricos de fontes externas e internas.

A taxa de desconto usada foi determinada com base em projeções de fluxo de caixa de cinco anos e uma taxa de crescimento de longo prazo foi usada para extrapolar os fluxos de caixa além desses períodos.

O crescimento da receita foi projetado levando em consideração a curva revisada de clientes dos Estados Unidos, em linha com a estratégia do Inter para os negócios internacionais nos próximos 5 anos. O lucro orçado antes de impostos, depreciação e amortização foi baseado nas expectativas de resultados futuros levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. As premissas de crescimento futuro da receita incluem a taxa de crescimento projetada e a expectativa de inflação de longo prazo. As principais premissas descritas acima podem mudar à medida que as condições econômicas e de mercado mudarem.

O valor recuperável estimado excedeu seu valor contábil, em 31 de dezembro de 2024. Os valores contábeis e as principais premissas utilizadas na determinação dos valores recuperáveis são:

Investimento	Valor contábil (a)	Ágio em 31/12/2024	Taxa de desconto (%)	Taxa de crescimento (%)
Inter&Co Payments, Inc	R\$1.608.004	R\$554.759	25,3	3,0

(a) O valor contábil em dólares conforme laudo de 30 de setembro de 2024 é \$ 295.155, convertido utilizando o PTAX na mesma data.

Carteira de clientes

As carteiras de clientes são reconhecidas ao valor justo na data de aquisição de controladas. Posteriormente, elas são mensuradas ao custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da vida esperada do relacionamento com o cliente.

Software

Os softwares e licenças adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e torná-los prontos para uso. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e os testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do software, incluem o custo dos funcionários alocados no desenvolvimento de software e uma alocação de despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento de software.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Custo de desenvolvimento

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente inclui todas as despesas diretamente atribuíveis, necessárias para a criação, produção e preparação do ativo para poder funcionar conforme pretendido pela administração. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis a um projeto de desenvolvimento de software controlado pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis incluem o custo dos funcionários alocados ao desenvolvimento de software e a alocação das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento de software.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

Amortização

A vida útil estimada dos itens do ativo intangível são como segue:

Descrição	Vida útil estimada
Relações com o consumidor	5 anos
Software desenvolvido internamente	3 a 10 anos
Software e licenças	6 a 10 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A cada data de apresentação, o Grupo revisa os valores contábeis dos ativos não-financeiros (além dos ativos fiscais diferidos) para determinar se há qualquer indício de redução ao valor recuperável. O teste de redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente ou quando há eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil excede seu valor recuperável.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (ou seja, unidades geradoras de caixa – UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo de vendas. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas em cada data de apresentação para detectar indícios de que a perda diminuiu ou deixou de existir. A perda de redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva presente constituída como resultado de um evento passado, e for provável que a saída de um recurso econômico seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas com base nos fluxos de caixa futuros esperados, descontados pela taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião de seus assessores jurídicos, a natureza dos processos, a semelhança com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais e a avaliação da probabilidade de perda.

Os passivos contingentes são:

- uma possível obrigação decorrente de acontecimentos passados e cuja existência só poderá ser confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da Inter&Co; ou
- uma obrigação presente resultante de eventos passados que não é reconhecida pois:
- não é provável que um desembolso de recursos que compõem benefícios econômicos seja requerido para liquidar a obrigação; ou
- o valor presente da obrigação não pode ser avaliado com uma certeza suficiente.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando:

- Os riscos e incertezas envolvidos;
- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo valor presente descontado dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação;
- Eventos futuros que podem alterar o valor necessário para liquidar a obrigação.

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando houver garantia real ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de sucesso seja provável, são divulgados quando relevantes.

k. Benefícios a empregados

Benefícios de funcionários de curto prazo

Os benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal à medida que o correspondente serviço é prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo funcionário, e a obrigação possa ser estimada com segurança.

Acordos de remuneração baseados em ações, liquidáveis em ações

O valor justo na data de concessão dos acordos de remuneração com base em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um aumento correspondente no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para os quais há expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas, de forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente cumprem as condições de serviço e desempenho na data de aquisição.

I. Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a base tributável de acordo com a legislação aplicável e as alíquotas aplicáveis:

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos e mensurados com base nas expectativas de realização, considerando estudos técnicos e análises realizadas pela administração.

O Grupo realiza um estudo sobre a probabilidade de aceitação pela autoridade tributária final de quaisquer posições fiscais incertas que adotar com base na sua avaliação de diferentes fatores, incluindo interpretação das leis tributárias e a experiência passada. Nenhuma provisão adicional foi reconhecida para nenhum dos períodos fiscais em aberto. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas, que podem envolver julgamentos de eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria o Grupo a alterar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Quaisquer mudanças afetarão as despesas de imposto de renda no exercício em que forem feitas.

Impostos correntes

O imposto corrente abrange o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o resultado do exercício e qualquer ajuste no imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de contabilidade e valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros ao VJORA, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

m. Juros

As receitas e despesas de juros são calculadas utilizando o método de juros efetivos (ver nota explicativa 4c) para todos os instrumentos financeiros ao custo amortizado e VJORA.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificados para hedge de valor justo de taxas de juros são registradas como receitas ou despesas de juros na mesma rubrica em que as variações de valor justo dos itens protegidos são registradas.

n. Resultado líquido de serviços e comissões

As receitas de serviços e comissões são reconhecidas usando o modelo de cinco etapas como segue:

- **Etapa 1** - Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- **Etapa 2** - Identificar as obrigações de desempenho estabelecidas em cada contrato;

- **Etapa 3** - Determinar o preço da transação de acordo com os termos contratuais. Se um contrato incluir uma contraprestação variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, aplicando a restrição;
- **Etapa 4** - Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho no contrato com base no seu preço de venda independente. O preço de venda individual do serviço é o preço pelo qual o Grupo venderia um serviço separadamente a um cliente de maneira segregada. A melhor evidência de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando a Inter&Co vende esse serviço separadamente em circunstâncias similares e para clientes similares. Caso o serviço não for vendido a um cliente separadamente, o preço de venda individual é estimado usando um método apropriado. Ao estimar um preço de venda individual, todas as informações (incluindo condições de mercado) disponíveis são consideradas e o uso de dados observáveis é maximizado;
- **Etapa 5** - Reconhecer a receita no momento que (ou à medida em que) a empresa cumprir uma obrigação de desempenho (por exemplo, o serviço é prestado de forma efetiva).

As principais receitas de serviços e comissões da Inter&Co são:

- Taxas de intercâmbio: são receitas de comissões de transações com cartões débito e crédito realizadas por clientes com cartões emitidos pelo Grupo. A obrigação de desempenho é cumprida quando a transação é realizada. O preço da transação é uma porcentagem predefinida do pagamento total realizado usando cartão.
- Gestão de ativos (gestão de recursos de terceiros): taxas de administração e performance. As taxas de administração são reconhecidas à medida que o serviço é prestado em cada exercício. As taxas de performance são variáveis e reconhecidas ao final de cada período de desempenho quando é altamente provável que uma reversão significativa não ocorra posteriormente.
- Tarifas bancárias: estão relacionadas principalmente às tarifas de transações com boleto e tarifas recebidas pelas transferências interbancárias realizadas pelos correntistas do Inter, e são reconhecidas quando os serviços são prestados. O preço da transação é o valor contratual.
- Comissões e intermediação: referem-se à intermediação da venda de produtos e serviços. As receitas são reconhecidas quando o serviço de intermediação é prestado, momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita. O preço da transação é o valor contratual que, geralmente, é um percentual do valor de venda.
- Operações de crédito: referem-se às receitas com taxas e tarifas nas operações de empréstimos e financiamentos. O preço da transação é o valor contratual.

o. Patrimônio líquido

Capital Social

As ações classe A e classe B da controladora Inter&Co Inc. são classificadas em grupo específico no patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são incluídos no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo a quantidade média de ações mantidas em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo a quantidade média de ações mantidas em tesouraria e ajustado pelos efeitos de todas as ações potenciais diluidoras.

p. Arrendamento

O Grupo não possui arrendamentos significativos como arrendador.

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é de, ou inclui um, arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período de tempo em troca de compensação.

Como Arrendatário

No início ou mediante alteração de um contrato que contém um componente de arrendamento mercantil, o Grupo aloca a compensação no contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base no seu preço individual. No entanto, para arrendamentos de imóveis, a Inter&Co optou por não separar os componentes de não arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente de arrendamento.

A Inter&Co reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que é igual ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento realizado antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário para desmontar, remover ou restaurar o ativo, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado posteriormente pelo método linear desde a data de início até a data de término do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para o Grupo no final do prazo do arrendamento, ou se o arrendamento incluir opções de compra que o Grupo está razoavelmente certo de exercer. Nesses casos, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente avaliado para redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento em aberto, descontados pela taxa de juros implícita do arrendamento ou, se esta taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Inter.

O Inter determina sua taxa de empréstimo incremental a partir das taxas de juros sobre financiamentos recebidos de terceiros, ajustadas para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

- pagamentos fixos;
- pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou da taxa da data de início;
- valores que deverão ser pagos pelo Inter, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço para exercer a opção de compra, se o Inter estiver razoavelmente certo de exercer esta opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção do Inter de rescindir o arrendamento.

- O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ele é remensurado quando há uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma mudança na estimativa do Inter do valor esperado a pagar sob uma garantia de valor residual, se o Inter mudar sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado desta maneira, um ajuste correspondente é realizado no valor contábil do ativo de direito de uso, ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

O Inter apresenta os ativos de direito de uso como “Imobilizado” e os passivos de arrendamento em “Outras obrigações” no balanço patrimonial.

Arrendamento de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo

O Inter optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Inter reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

5. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são divulgados com base em informações internas utilizadas pelo principal responsável pelas decisões operacionais para alocar recursos e avaliar o desempenho. O principal responsável pelas decisões operacionais, responsável por alocar recursos, avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões estratégicas para a Inter&co, é o CEO em conjunto com o Conselho de Administração.

Resultado gerencial por segmento

Cada segmento operacional é composto por uma ou mais pessoas jurídicas. A mensuração do lucro por segmento operacional leva em consideração todas as receitas e despesas reconhecidas pelas empresas que compõem cada segmento.

As transações entre segmentos são realizadas em prazos e taxas compatíveis com os praticados com terceiros, quando aplicável. O Grupo não possui nenhum cliente responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

a. Banking & Spending

Tal segmento comprehende produtos e serviços bancários como conta corrente, cartões de débito e crédito, depósitos, empréstimos, adiantamentos a clientes, atividades de cobrança de dívidas e outras prestações de serviços disponibilizados aos clientes, principalmente, por meio do aplicativo do Inter. Também estão incluídos no segmento os serviços de câmbio, remessas de recurso entre países, incluindo a solução digital *Global Account*, soluções inteligentes de pagamento com cartão (incluindo Inter Pag), juntamente com os fundos de investimento consolidados pelo Grupo.

b. Investments

Esse segmento é responsável pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos, estruturação, distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais e operações inerentes à gestão das carteiras de fundos e outros ativos (compra, venda, gestão de riscos). As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Insurance Brokerage

Neste segmento são oferecidos produtos de seguros subscritos por seguradoras nas quais o Inter tem convênio (“sociedades parceiras”), incluindo garantias, seguros de vida, patrimoniais e automóveis e produtos de previdência, bem como produtos de consórcio fornecidos por um terceiro com quem o Inter tenha um acordo comercial. As receitas de comissões de venda de seguros são reconhecidas na demonstração de resultado quando os serviços são efetivamente prestados, ou seja, no ato da efetivação da venda ao cliente, quando a obrigação de desempenho é cumprida.

d. Inter Shop

Nesse segmento estão incluídas as operações de vendas de mercadorias e/ou serviços aos clientes do Inter através de seus parceiros, por intermédio de nossa plataforma digital. As receitas de segmento compreendem, substancialmente, as comissões recebidas pelas vendas e/ou prestação desses serviços.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

	31/12/2024							
	<i>Banking & Spending</i>	<i>Investments</i>	<i>Insurance Brokerage</i>	<i>Inter Shop</i>	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Receitas de juros	4.985.979	11.400	—	82.275	5.079.654	66.397	(6.838)	5.139.213
Despesas de juros	(3.360.985)	(11.772)	—	—	(3.372.757)	(5.769)	66.888	(3.311.638)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	2.510.861	92.745	4.165	33.435	2.641.206	48.937	(60.974)	2.629.169
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio	4.135.855	92.373	4.165	115.710	4.348.103	109.565	(924)	4.456.744
Receitas de serviços e comissões	1.236.722	135.281	196.399	178.720	1.747.122	35.579	(29.421)	1.753.280
Despesas de serviços e comissões (a)	(73.881)	—	(58.854)	(10.685)	(143.420)	(10)	—	(143.430)
Outras receitas	348.005	28.027	46.671	38.356	461.059	209.846	(337.334)	333.571
Receitas líquidas	5.646.701	255.681	188.381	322.101	6.412.864	354.980	(367.679)	6.400.165
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.797.731)	—	—	—	(1.797.731)	(1.721)	—	(1.799.452)
Despesas administrativas	(1.606.421)	(73.573)	(9.554)	(55.767)	(1.745.315)	(32.256)	8.516	(1.769.055)
Despesas de pessoal	(732.862)	(75.396)	(23.479)	(49.825)	(881.562)	(77.106)	20.907	(937.761)
Despesas tributárias	(306.839)	(17.538)	(20.910)	(56.193)	(401.480)	(75.557)	—	(477.037)
Depreciação e amortização	(190.890)	(6.123)	(1.756)	(9.750)	(208.519)	(310)	—	(208.829)
Resultado de participações em coligadas	(2.480)	—	—	—	(2.480)	—	—	(2.480)
Lucro antes da tributação sobre o lucro	1.009.478	83.051	132.682	150.566	1.375.777	168.030	(338.256)	1.205.550
Imposto de renda e contribuição social	(82.444)	(26.049)	(41.618)	(89.541)	(239.652)	6.943	—	(232.709)
Resultado líquido	927.034	57.002	91.064	61.025	1.136.125	174.973	(338.256)	972.841
	31/12/2024							
	<i>Banking & Spending</i>	<i>Investments</i>	<i>Insurance Brokerage</i>	<i>Inter Shop</i>	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Total dos ativos	75.189.468	834.510	339.776	566.010	76.929.764	2.240.421	(2.711.755)	76.458.430
Total dos passivos	67.353.349	407.083	148.221	558.571	68.467.224	829.357	(1.910.458)	67.386.123
Total do patrimônio líquido	7.836.119	427.427	191.555	7.439	8.462.540	1.411.064	(801.297)	9.072.307

(a) No segmento *Insurance Brokerage* considera provisão de vendas canceladas.

	31/12/2023							
	<i>Banking & Spending</i>	<i>Investments</i>	<i>Insurance Brokerage</i>	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Receitas de juros	4.500.962	17.915	—	39.075	4.557.952	7.093	(15.218)	4.549.827
Despesas de juros	(2.868.962)	(30.466)	—	—	(2.899.428)	(13.649)	25.504	(2.887.573)
Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio	1.554.592	51.302	2.083	34.461	1.642.438	2.391	(10.286)	1.634.543
Resultado líquido de juros e receita de títulos, derivativos e câmbio	3.186.592	38.751	2.083	73.536	3.300.962	(4.165)	—	3.296.797
Receitas de serviços e comissões	919.740	100.379	121.278	155.537	1.296.934	7.448	—	1.304.382
Despesas de serviços e comissões	(135.301)	(253)	—	(4)	(135.558)	(24)	—	(135.582)
Outras receitas	367.995	18.444	49.798	25.511	461.748	5.241	(180.010)	286.979
Receitas líquidas	4.339.026	157.321	173.159	254.580	4.924.086	8.500	(180.010)	4.752.576
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.534.297)	—	—	(6.013)	(1.540.310)	(1.274)	—	(1.541.584)
Despesas administrativas	(1.266.642)	(69.331)	(47.679)	(59.662)	(1.443.314)	(18.034)	—	(1.461.348)
Despesas de pessoal	(641.813)	(70.498)	(18.945)	(37.611)	(768.867)	(21.872)	—	(790.739)
Despesas tributárias	(249.029)	(12.917)	(15.723)	(35.137)	(312.806)	(13.778)	—	(326.584)
Depreciação e amortização	(145.077)	(5.022)	(1.045)	(9.095)	(160.239)	(201)	—	(160.440)
Resultado de participações em coligadas	(32.040)	—	—	—	(32.040)	—	—	(32.040)
Lucro / (prejuízo) antes da tributação sobre o lucro	470.128	(447)	89.767	107.062	666.510	(46.659)	(180.010)	439.841
Imposto de renda e contribuição social	(6.950)	3.046	(30.380)	(52.623)	(86.907)	(674)	—	(87.581)
Resultado líquido	463.178	2.599	59.387	54.439	579.603	(47.333)	(180.010)	352.260
	31/12/2023							
	<i>Banking & Spending</i>	<i>Investments</i>	<i>Insurance Brokerage</i>	Inter Shop	Total reportado por segmentos	Outros	Eliminações	Consolidado
Total dos ativos	60.102.556	570.182	211.213	337.810	61.221.761	96.447	(966.411)	60.351.797
Total dos passivos	52.501.608	326.926	96.198	141.600	53.066.332	(19.167)	(292.059)	52.755.106
Total do patrimônio líquido	7.600.948	243.256	115.015	196.210	8.155.429	115.614	(674.352)	7.596.691

6. Gerenciamento de riscos financeiros

O gerenciamento de riscos do Grupo contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gestão de risco são realizadas por estruturas independentes e especializadas, conforme políticas e estratégias previamente definidas. De maneira geral, as atividades e processos buscam identificar, mensurar e controlar os riscos financeiros e não financeiros os quais o Inter está sujeito.

O modelo adotado pela Inter&co, Inc., envolve uma estrutura de áreas e comitês que buscam garantir:

- Segregação de funções;
- Unidade específica para gestão de riscos;
- Processo de gestão definido;
- Normas claras e estrutura de competências;
- Limites e margens definidos; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

a. Risco de crédito

Risco de crédito se define como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados ou a desvalorização de contrato de crédito decorrente do aumento do risco de inadimplência por parte do tomador, entre outros.

Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de crédito são submetidos à criteriosa avaliação de crédito preliminar à contratação, bem como ao longo do prazo das respectivas operações. As análises de crédito se baseiam na capacidade econômico-financeira do tomador (ou contraparte), no comportamento (*behavior*), incluindo histórico de pagamentos, na reputação creditícia, além dos termos e condições da respectiva operação de crédito, incluindo prazos, taxas e garantias.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 12, estão representados principalmente por operações de:

- **Cartão de crédito:** operações de crédito relativas aos limites de cartão de crédito, em sua maioria sem garantias atreladas;
- **Crédito empresas:** operações de capital de giro, recebíveis, descontos e empréstimos em geral, com ou sem garantias atreladas;
- **Crédito imobiliário:** operações de empréstimos e financiamentos garantidos por imóveis, com garantias atreladas;
- **Crédito pessoal:** operações de empréstimo e cartão consignado, empréstimos pessoais com e sem garantias de repasse; e
- **Crédito rural:** operações de financiamento para custeio das produções rurais, investimento, comercialização e/ou industrialização concedidas à produtores rurais, com ou sem garantias atreladas.

Mitigação da Exposição

Para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Inter adota medidas para mitigar o risco de crédito. A exposição ao risco de crédito é mitigada através da estruturação de garantias, adaptando o nível de risco a incorrer às características das garantias prestadas no momento da concessão. Os indicadores de risco são monitorados continuamente e são avaliadas propostas de formas alternativas de mitigação, sempre que o comportamento de exposição ao risco de crédito de qualquer unidade, região, produto ou segmento assim o exija. Adicionalmente, a mitigação do risco de crédito ocorre por meio do reposicionamento de produtos e do ajuste de processos operacionais ou níveis de aprovação das operações.

Além das atividades acima descritas, os bens dados em garantia são sujeitos a avaliação/avaliação técnica pelo menos uma vez a cada doze meses. No caso de garantias pessoais, é feita uma análise da situação financeira e econômica do fiador considerando suas demais dívidas com terceiros, incluindo dívidas tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Os padrões de crédito orientam as unidades operacionais e abrangem, entre outros aspectos, a classificação, exigência, seleção, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, visando garantir a adequação e suficiência dos instrumentos mitigadores ao longo do ciclo do empréstimo.

Em 2024 não ocorreram alterações materiais na natureza das exposições ao risco de crédito, na forma como surgem ou nos objetivos, políticas e processos do Grupo para as gerir, embora o Inter continue a aperfeiçoar os seus processos internos de gestão de risco.

Mensuração

A mensuração do risco de crédito do Grupo é realizada considerando o seguinte:

- No momento da concessão do crédito é efetuada uma avaliação da situação financeira do cliente através da aplicação de métodos qualitativos e quantitativos e com recurso a informação recolhida no mercado, de forma a suportar a adequação da exposição ao risco proposta;
- A avaliação é realizada ao nível da contraparte, considerando informação sobre os garantias quando aplicável. A exposição ao risco de crédito também é mensurada em cenários extremos, utilizando técnicas de estresse e análise de cenários. Os modelos aplicados para determinar o rating de clientes e empréstimos são revisados periodicamente para garantir que refletem o cenário macroeconômico e a experiência real de perdas, conforme informações na nota explicativa nº 12;
- Os atrasos de pagamentos nas carteiras são monitorados de forma a identificar tendências ou alterações no comportamento do crédito e permitir a adoção de medidas mitigadoras quando necessário;
- A perda de crédito esperada reflete o nível de risco dos empréstimos e permite monitorar e controlar o nível de exposição da carteira e a adoção de medidas de mitigação de risco;
- A perda de crédito esperada é uma previsão dos níveis de risco da carteira de crédito. Seu cálculo é baseado no comportamento histórico de pagamentos e na distribuição da carteira por produto e nível de risco. Este é uma contribuição fundamental para o processo de fixação de preços de empréstimos e adiantamentos a clientes; e
- Além do monitoramento e mensuração de indicadores em condições normais, também são realizadas simulações de mudanças no ambiente de negócios e no cenário econômico, a fim de prever o impacto de tais mudanças nos níveis de exposição a riscos, provisões e equilíbrio dessas carteiras e para apoiar o processo de revisão dos limites de exposição e da política de risco de crédito.

b. Descrição das garantias

Os instrumentos financeiros com risco de crédito estão sujeitos a uma avaliação criteriosa do crédito antes de serem contratados e desembolsados e a avaliação de risco é contínua ao longo da vigência dos instrumentos. As avaliações de crédito baseiam-se na compreensão das características operacionais dos clientes, da sua capacidade de endividamento, considerando o fluxo de caixa, o histórico de pagamentos e a reputação de crédito, e eventuais garantias prestadas.

O crédito a clientes, conforme demonstrado na nota nº 12, está representado principalmente pelas seguintes operações:

- Operações de capital de giro:** são garantidas por recebíveis, notas promissórias, fianças prestadas pelos seus titulares e, eventualmente, por imóveis ou outros bens tangíveis, quando aplicável;
- Amortizações de empréstimos consignados:** são representadas principalmente por cartões de crédito consignado e empréstimos pessoais. Estes são deduzidos diretamente das pensões, rendimentos ou salários dos mutuários e liquidados diretamente pela entidade responsável por efetuar esses pagamentos (por exemplo, empresa ou órgão governamental); As operações de saque aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) são garantidas por transferência;
- Empréstimos pessoais e cartões de crédito:** geralmente não possuem garantias; e
- Financiamento imobiliário:** é garantido pelo imóvel financiado.

Garantias de financiamentos imobiliários

A tabela a seguir demonstra o valor dos financiamentos garantidos por imóvel, segregados pelo *loan to value*. *Loan to Value* (LTV) é a proporção entre o valor de um empréstimo e o valor do ativo que está sendo financiado. Um LTV mais elevado pode sinalizar um maior risco para o credor, uma vez que indica uma menor participação de capital próprio do mutuário na operação.

	31/12/2024	31/12/2023
Menor que 30%	1.680.479	1.210.884
31 - 50%	3.384.141	2.157.130
51 - 70%	4.552.068	3.227.703
71 - 90 %	1.375.696	1.664.885
Maior que 90%	257.803	322.966
	11.250.187	8.583.568

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não conseguir cumprir suas obrigações financeiras esperadas ou inesperadas com eficiência, inclusive aquelas obrigações decorrentes de garantias prestadas ou mesmo resgates inesperados de clientes. Assim, dentro do risco de liquidez, também se inclui a possibilidade do Inter não conseguir negociar a venda de ativos a preços de mercado devido ao seu volume em relação ao volume normalmente transacionado ou devido a alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez é segregada e atua de forma proativa com o objetivo de monitorar e prevenir qualquer violação dos limites dos índices de liquidez. A monitorização do risco de liquidez abrange todo o fluxo de recebimentos e pagamentos da Inter&Co para que possam ser implementadas ações de mitigação de risco. Este acompanhamento é realizado prioritariamente pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Estes comitês avaliam a informação de risco de liquidez que está disponível nos sistemas da Inter&Co, tais como:

- Os 10 maiores investidores;

- Descasamento entre ativos e passivos;
- Captação Líquida; Limites de Liquidez; Previsão de Vencimento;
- Testes de estresse baseados em cenários definidos internamente;
- Planos de contingência de liquidez;
- Acompanhamento de concentrações de ativos e passivos;
- Acompanhamento do Índice de Liquidez e taxas de renovação de captações; e
- Relatórios com informações sobre posições ocupadas pelo Inter e suas controladas.

Em 2024 não ocorreram alterações materiais na natureza das exposições ao risco de liquidez, na forma como surgem ou nos objetivos, políticas e processos do Grupo para as gerir, embora o Grupo continue a aperfeiçoar os seus processos internos de gestão de risco.

As responsabilidades da Estrutura de Gestão de Risco de Liquidez estão distribuídas entre diferentes comitês e níveis hierárquicos, incluindo: Conselho de Administração, Comitê de Ativos e Passivos, Diretor Responsável pela Gestão de Riscos, Superintendente de Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos e Coordenação de Riscos . Consideram os fatores internos e externos que afetam a liquidez do Grupo, e um acompanhamento diário detalhado das movimentações de entrada e saída de empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos a prazo, poupança, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras Imobiliárias com Garantia Real (LCI). Letras Imobiliárias Garantidas (LIG) e depósitos à vista é realizado. Os depósitos a prazo são analisados quanto à concentração, vencimentos, renovações, recompras e novas captações.

d. Análise de instrumentos financeiros por prazo contratual remanescente

A tabela abaixo apresenta o valor realizável dos ativos e passivos financeiros da Inter&Co por prazo contratual remanescente:

	Nota	Circulante			Não Circulante		Total em	Total em
		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 5 Anos	Acima de 5 anos	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.108.394	—	—	—	—	1.108.394	4.259.379
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	9	4.382.968	1.810.766	1.226	—	—	6.194.960	3.718.506
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		5.285.402	—	—	—	—	5.285.402	2.664.415
Títulos e valores mobiliários	10	870.898	770.006	3.738.175	12.848.285	5.672.187	23.899.551	16.868.112
Instrumentos financeiros derivativos	11	273	290	—	—	—	563	4.238
Empréstimos e adiantamento a clientes	12.e	6.363.918	4.703.162	6.888.301	5.082.474	12.558.438	35.596.293	29.784.301
Outros ativos (a)	17	—	—	—	—	83.194	83.194	109.682
Total		18.011.853	7.284.224	10.627.702	17.930.759	18.313.819	72.168.357	57.408.633
Passivos financeiros								
Passivos com instituições financeiras	18	10.802.505	42.140	474.932	—	—	11.319.577	9.522.469
Passivos com clientes (c)	19	2.129.039	4.662.517	19.151.078	16.860.595	—	42.803.229	32.651.620
Títulos emitidos	20	861.671	2.240.225	3.325.860	3.277.446	185.017	9.890.219	8.095.042
Instrumentos financeiros derivativos	11	61.225	4.052	4.726	45	—	70.048	15.063
Empréstimos e repasses	21	110.891	416	499	3.993	13.125	128.924	107.412
Outros passivos (b)	24	—	—	1.011	10.584	102.095	113.690	120.395
Total		13.965.331	6.949.350	22.958.106	20.152.663	300.237	64.325.687	50.512.001

- (a) Os ativos financeiros são compostos substancialmente por valores relativos à parcela variável da venda de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019.
- (b) Os passivos financeiros são compostos pelos passivos financeiros de arrendamentos, conforme nota explicativa 24.b.
- (c) Em geral, os CDBs (depósitos a prazo) são emitidos com cláusula de liquidez antecipada e o cliente (contraparte) pode resgatá-los a qualquer momento até o vencimento final. Para fins de divulgação, os CDBs são alocados de acordo com os dias restantes até o vencimento. Portanto, para fins de gerenciamento de risco, tanto sob o risco de mercado quanto sob o risco de liquidez, considera-se uma metodologia (modelo estatístico de comportamento) que se concentra na alocação das posições (CDB) em um vencimento mais provável.

e. Ativos e passivos financeiros usando uma classificação circulante e não circulante

A tabela a seguir representa os ativos e passivos financeiros da Inter&Co, segregados em circulante (com expectativa de realização dentro de 12 meses da data do balanço) e não circulante (com expectativa de realização mais de 12 meses após a data do balanço), levando em consideração o seu prazo contratual remanescente na data das demonstrações financeiras consolidadas:

		31/12/2024		
	Nota	Circulante	Não circulante	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.108.394	—	1.108.394
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	9	6.194.960	—	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		5.285.402	—	5.285.402
Títulos e valores mobiliários	10	5.379.079	18.520.472	23.899.551
Instrumentos financeiros derivativos	11	563	—	563
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	12	15.686.443	17.640.912	33.327.355
Outros ativos (a)	17	—	83.194	83.194
Total		33.654.841	36.244.578	69.899.419
Passivos				
Passivos com instituições financeiras	18	11.319.577	—	11.319.577
Passivos com clientes (c)	19	25.942.634	16.860.595	42.803.229
Títulos emitidos	20	6.427.756	3.462.463	9.890.219
Instrumentos financeiros derivativos	11	70.003	45	70.048
Empréstimos e repasses	21	111.806	17.118	128.924
Outros passivos (b)	24	1.011	112.679	113.690
Total		43.872.787	20.452.900	64.325.687

-
- (a) Os ativos financeiros são compostos substancialmente por valores relativos à parcela variável da venda de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019.
- (b) Os passivos financeiros são compostos pelos passivos financeiros de arrendamentos, conforme nota explicativa 24.b.
- (c) Em geral, os CDBs (depósitos a prazo) são emitidos com cláusula de liquidez antecipada e o cliente (contraparte) pode resgatá-los a qualquer momento até o vencimento final. Para fins de divulgação, os CDBs são alocados de acordo com os dias restantes até o vencimento. Portanto, para fins de gerenciamento de risco, tanto sob o risco de mercado quanto sob o risco de liquidez, considera-se uma metodologia (modelo estatístico de comportamento) que se concentra na alocação das posições (CDB) em um vencimento mais provável.

		31/12/2023		
	Nota	Circulante	Não circulante	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.259.379	—	4.259.379
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	9	3.718.506	—	3.718.506
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		2.664.415	—	2.664.415
Títulos e valores mobiliários	10	702.823	16.165.289	16.868.112
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.238	—	4.238
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	12	13.992.939	13.907.603	27.900.543
Outros ativos (a)	17	—	109.682	109.682
Total		25.342.300	30.182.574	55.524.875
Passivos				
Passivos com instituições financeiras	18	9.522.469	—	9.522.469
Passivos com clientes (c)	19	19.209.323	13.442.297	32.651.620
Títulos emitidos	20	5.039.791	3.055.251	8.095.042
Instrumentos financeiros derivativos	11	9.981	5.082	15.063
Empréstimos e repasses	21	87.122	20.290	107.412
Outros passivos (b)	24	6.016	114.379	120.395
Total		33.874.702	16.637.299	50.512.001

(a) Os ativos financeiros são compostos substancialmente por valores relativos à parcela variável da venda de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019.

(b) Os passivos financeiros são compostos pelos passivos financeiros de arrendamentos, conforme nota explicativa 24.b.

(c) Em geral, os CDBs (depósitos a prazo) são emitidos com cláusula de liquidez antecipada e o cliente (contraparte) pode resgatá-los a qualquer momento até o vencimento final. Para fins de divulgação, os CDBs são alocados de acordo com os dias restantes até o vencimento. Portanto, para fins de gerenciamento de risco, tanto sob o risco de mercado quanto sob o risco de liquidez, considera-se uma metodologia (modelo estatístico de comportamento) que se concentra na alocação das posições (CDB) em um vencimento mais provável.

f. Gestão de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição e suas controladas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços das ações e preços de mercadorias (commodities).

No Grupo, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de risco, conforme definidos pela alta administração.

A gestão de risco de mercado é monitorada pelo comitê de ativos e passivos. Os controles de risco de mercado permitem a avaliação analítica das informações e estão em constante processo de melhorias. A instituição e suas controladas veem aprimorando os aspectos internos de gerenciamento e mitigação de riscos.

Mensuração

Dentro do processo de gestão de risco, a Inter&Co classifica as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

- **Carteira de negociação (Trading book):** considera todas as operações com intenção de serem negociadas antes do seu vencimento contratual ou destinadas a hedge da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

- **Carteira bancária (Banking book):** considera as operações não classificadas na carteira de negociação, tendo como característica principal a intenção de manter as respectivas operações até o seu vencimento.

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Grupo gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Uma das formas de avaliação das posições sujeitas ao risco de mercado é realizada através de um modelo de *value at risk* (VaR). A metodologia utilizada para cálculo de VaR considera um modelo paramétrico com 99% de nível de confiança e horizonte de tempo de 21 dias.

Apresentamos abaixo o VaR 21 dias da carteira de negociação:

Fator de risco	31/12/2024	31/12/2023
Cupom de índice de preços	13.738	2.730
Taxa de juros pré fixada	3.951	1.074
Cupom de moeda estrangeira	2.675	665
Moedas estrangeiras	28.036	2.346
Preço de ações	193	—
SubTotal	48.593	6.815
Efeito diversificação (correlação)	24.539	3.794
VaR	24.054	3.021
VaR sobre Ativo	0,03 %	0,01 %

Apresentamos abaixo o VaR da carteira bancária:

Fator de risco	31/12/2024	31/12/2023
Cupom de índice de preços	976.186	425.156
Taxa de juros pré fixada	116.296	49.019
Cupom de taxa de juros	53.790	108.716
Outros	181.069	22.538
Subtotal	1.327.341	605.429
Efeito diversificação (correlação)	347.688	164.555
VaR	979.653	440.874
VaR sobre Ativo	1,28 %	0,73 %

g. Análise de sensibilidade

Para determinar a sensibilidade das posições aos movimentos de mercado, foi realizada análise de sensibilidade em cenários distintos, considerando os fatores de risco relevantes, no período analisado, e utilizando cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme abaixo:

- **Cenário 1:** com base nas informações de mercado foram aplicados choques de 1 ponto base para as taxas de juros e 1% de variação para preços (moedas estrangeiras e ações);
- **Cenário 2:** foram determinados choques de 25% de variação nas curvas e preços de mercado; e
- **Cenário 3:** foram determinados choques de 50% de variação nas curvas e preços de mercado.

Destaca-se que os impactos refletem uma visão estática da carteira e que o dinamismo de mercado e da composição da carteira faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente refletem a posição aqui demonstrada. O grupo possui um processo de monitoramento contínuo do risco de mercado e, em caso de deterioração de posição/carteira são realizadas ações mitigadoras para minimizar possíveis efeitos negativos.

Exposições

Carteira Banking e Trading		Cenários			31/12/2024	
Fator de risco	Variação na taxa no cenário 1	Cenário I	Variação na taxa no cenário 2	Cenário II	Variação na taxa no cenário 3	Cenário III
Taxa pré-fixada	aumento	(2.766)	aumento	(988.366)	aumento	(1.848.407)
Cupom de IPCA (a)	aumento	(4.870)	aumento	(834.006)	aumento	(1.511.875)
Cupom de TR (b)	aumento	(214)	aumento	(56.565)	aumento	(96.402)
Cupom de USD	redução	(26)	redução	(4.477)	redução	(9.047)
Outros	aumento	(19)	aumento	(1.912)	aumento	(628)

(a) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(b) A Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade da poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Exposições

Carteira Banking e Trading		Cenários			31/12/2023	
Fator de risco	Variação na taxa no cenário 1	Cenário I	Variação na taxa no cenário 2	Cenário II	Variação na taxa no cenário 3	Cenário III
Taxa pré-fixada	aumento	(1.533)	aumento	(367.626)	aumento	(707.232)
Cupom de IPCA (a)	aumento	(4.737)	aumento	(561.583)	aumento	(1.046.456)
Cupom de TR (b)	aumento	(800)	aumento	(163.354)	aumento	(289.028)
Outros	aumento	(21)	redução	(718)	redução	(1.996)

(a) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(b) A Taxa Referencial (TR) é um dos componentes que definem a rentabilidade da poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

h. Risco operacional

Política

A gestão de risco operacional visa identificar, avaliar e monitorar riscos, sendo definida como o risco de perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos ou eventos externos. Esta definição inclui risco legal, mas exclui risco estratégico e reputacional.

Os eventos de risco operacional podem ser classificados:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

O Inter adota o modelo de gestão das três linhas de defesa à luz do porte, modelo de negócio e seu apetite a risco. Uma forte cultura de risco e uma boa comunicação entre as três linhas de defesa são características essenciais para uma governança robusta e eficiente acerca da gestão do risco operacional.

Fases do Processo de Gestão

Avaliação Qualitativa

A avaliação qualitativa utiliza uma escala que considera medidas de probabilidade e impacto, tendo em conta as vulnerabilidades e ameaças que, combinadas, determinam o nível de exposição ao risco de cada evento. A identificação e verificação são realizadas por meio de acompanhamento, entrevistas e workshops com os gestores e colaboradores de todas as áreas operacionais, parceiros de negócio e unidades de negócio.

Os riscos identificados são categorizados e organizados por fatores de risco.

Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa do risco operacional, o Grupo mantém uma base de dados interna alimentada por diversas fontes de informações, contendo descrições e detalhes de perdas operacionais. Na avaliação quantitativa poderá também ser utilizada informação proveniente de fontes externas consideradas fiáveis e relevantes para os negócios do Grupo.

Monitoramento

Um processo eficaz de gestão de riscos requer uma estrutura de comunicação e revisão que garanta a identificação e avaliação correta, eficaz e oportunamente dos riscos. Além disso, procura também garantir que sejam implementados controles e respostas a estes riscos.

São realizados testes de controle e auditorias regulares destinadas a verificar o cumprimento das políticas e normas aplicáveis. O processo de monitoramento e revisão procura verificar se:

- As medidas adotadas alcançaram os resultados pretendidos;
- Os procedimentos adotados e as informações coletadas para realizar a avaliação foram adequadas;
- Níveis mais elevados de conhecimento podem ter contribuído para a tomada de melhores decisões; e
- Existe uma possibilidade efetiva de obtenção de informações para avaliações futuras.

7. Valores justos de instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros – classificação e valores justos

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Valor justo por meio do resultado (VJR).

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode ser classificada em uma das três abordagens com base no tipo de informação utilizada para avaliação, que são conhecidas como níveis de hierarquia do valor justo, conforme:

- **Nível 1** – instrumentos com preços negociados no mercado ativo;
- **Nível 2** – utilização de técnicas de avaliação financeira, ponderando dados e variáveis de mercado; e
- **Nível 3** – usa variáveis significativas que não são baseadas em dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros de acordo com a classificação contábil. Também mostra os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros quando o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de Dezembro de 2024

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros					
Custo amortizado	—	—	—	—	47.529.290
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	—	—	—	—	33.327.355
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	—	—	—	—	6.194.960
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	—	—	—	—	5.285.402
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	1.108.394
Títulos públicos brasileiros	—	—	—	—	1.189.489
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	—	—	—	423.690
Valor justo por meio do resultado	648.194	725.640	—	1.373.834	1.373.834
Títulos públicos brasileiros	432.316	32.081	—	464.397	464.397
Títulos emitidos por instituições financeiras	15.987	374.000	—	389.987	389.987
Aplicação em cotas de fundos	199.891	93.322	—	293.213	293.213
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	226.237	—	226.237	226.237
Derivativos	—	563	—	563	563
Instrumentos financeiros derivativos	—	563	—	563	563
Valor justo outros resultados abrangentes	16.413.025	4.499.513	—	20.912.538	20.912.538
Títulos públicos brasileiros	16.183.821	—	—	16.183.821	16.183.821
Titulos emitidos no exterior	229.204	3.600.898	—	3.830.102	3.830.102
Aplicação em cotas de fundos	—	706.022	—	706.022	706.022
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	158.713	—	158.713	158.713
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	33.880	—	33.880	33.880
Total	17.061.219	5.225.716	—	22.286.935	69.816.225
Passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Custo amortizado	—	—	—	—	64.141.949
Passivos com clientes	—	—	—	—	42.803.229
Passivos com instituições financeiras	—	—	—	—	11.319.577
Títulos emitidos	—	—	—	—	9.890.219
Empréstimos e repasses	—	—	—	—	128.924
Derivativos	—	70.048	—	70.048	70.048
Instrumentos financeiros derivativos	—	70.048	—	70.048	70.048
Total	—	70.048	—	70.048	64.211.997

Em 31 de dezembro de 2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros					
Custo amortizado	—	—	—	—	39.700.334
Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisão	—	—	—	—	27.900.543
Caixa e equivalentes de caixa	—	—	—	—	4.259.379
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	—	—	—	—	3.718.506
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	—	—	—	—	2.664.415
Títulos públicos brasileiros	—	—	—	—	665.413
Títulos emitidos por instituições financeiras	—	—	—	—	492.078
Valor justo por meio do resultado	451.946	1.026.654	—	1.478.600	1.478.600
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	60	629.237	—	629.297	629.297
Títulos emitidos por instituições financeiras	447.912	—	—	447.912	447.912
Aplicação em cotas de fundos	3.974	354.358	—	358.332	358.332
Títulos públicos brasileiros	—	43.059	—	43.059	43.059
Derivativos	—	4.238	—	4.238	4.238
Instrumentos financeiros derivativos	—	4.238	—	4.238	4.238
Valor justo outros resultados abrangentes	13.560.072	671.949	—	14.232.021	14.232.021
Títulos públicos brasileiros	13.560.072	—	—	13.560.072	13.560.072
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	—	671.949	—	671.949	671.949
Total	14.012.018	1.702.841	—	15.714.859	55.415.193
Passivos financeiros					
Custo amortizado	—	—	—	—	50.376.543
Passivos com clientes	—	—	—	—	32.651.620
Passivos com instituições financeiras	—	—	—	—	9.522.469
Títulos emitidos	—	—	—	—	8.095.042
Empréstimos e repasses	—	—	—	—	107.412
Derivativos	—	15.063	—	15.063	15.063
Instrumentos financeiros derivativos	—	15.063	—	15.063	15.063
Total	—	15.063	—	15.063	50.391.606

A metodologia utilizada para mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "Nível 2", utiliza informações que são observáveis para o ativo ou passivo a mercado; (i) a partir de observações de preço cotado de itens similares em mercado ativo; (ii) itens idênticos em mercado não ativo; ou (iii) de outras informações extraídas de mercados relacionados.

Reconciliação do valor justo do Nível 3

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos iniciais com os saldos finais dos investimentos categorizados como Nível 3:

	Outros ativos
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	109.682
Ganhos ou perdas totais (realizados/não realizados)	(26.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.194

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu alterações no método de mensuração dos ativos e passivos financeiros que implicassem a reclassificação de ativos e passivos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia do justo valor.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	770.623	225.308
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	212.573	941.584
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	125.198	3.092.487
Total	1.108.394	4.259.379

(a) Refere-se a operações, cujo vencimento, na data da aplicação, era igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

9. Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras, líquidos de provisões para perdas esperadas

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos a instituições financeiras (a)	5.586.520	1.236.536
Aplicações em depósitos interfinanceiros	579.720	2.451.736
Repasses interfinanceiros	33.920	31.487
Perda esperada	(5.200)	(1.253)
Total	6.194.960	3.718.506

(a) Refere-se substancialmente à antecipação de recebíveis.

10. Títulos e valores mobiliários, líquidos de provisões para perdas esperadas

a. Composição dos títulos líquidos de perdas esperadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	10.637.587	9.212.930
Títulos emitidos no exterior	3.830.102	—
Notas do tesouro nacional (NTN)	3.731.416	3.931.671
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	1.814.818	415.471
Nota promissória comercial	593.027	214.157
Cotas de fundo de investimento	158.714	—
Certificados de recebíveis agrícolas	63.141	22.817
Certificados de recebíveis imobiliários	49.853	104.270
Debêntures	33.880	330.705
Subtotal	20.912.538	14.232.021
Custo amortizado		
Notas do tesouro nacional (NTN)	671.839	665.413
Letras financeiras do tesouro (LFT)	517.650	—
Cédula produto rural	423.690	459.298
Debêntures	—	32.780
Subtotal	1.613.179	1.157.491
Valor justo por meio do resultado - VJR		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	451.424	420.336
Cotas de fundo de investimento	293.216	358.332
Certificados de recebíveis imobiliários	227.337	182.319
Debêntures	125.192	281.566
Certificados de depósitos bancários	101.043	55.597
Certificados de recebíveis agrícolas	83.368	64.371
Letras de créditos agrícolas (LCA)	36.709	10.684
Nota promissória comercial	25.069	2.659
Título Público Federal	15.987	—
Notas do tesouro nacional (NTN)	12.973	27.576
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	1.516	1.352
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	—	73.808
Subtotal	1.373.834	1.478.600
Total	23.899.551	16.868.112

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de perda esperada dos títulos e valores mobiliários era de R\$ (25.085) (31 de dezembro de 2023: R\$ (33.701))

b. Detalhamento do valor contábil dos títulos por vencimento, líquidos de perdas

31/12/2024

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes- VJORA	906.003	3.694.441	2.912.511	8.559.626	4.839.957	20.912.538
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	—	1.031.372	7.612.413	1.993.802	10.637.587
Títulos emitidos no exterior	431.417	3.398.685	—	—	—	3.830.102
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	168.034	1.005.067	404.732	2.153.583	3.731.416
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	451.864	—	744.217	343.973	274.764	1.814.818
Nota promissória comercial	—	122.555	100.993	117.240	252.239	593.027
Cotas de fundo de investimento	—	—	7.251	31.049	120.414	158.714
Certificados de recebíveis agrícolas	10.298	—	23.476	29.367	—	63.141
Certificados de recebíveis imobiliários	11.320	—	—	6.075	32.458	49.853
Debêntures	1.104	5.167	135	14.777	12.697	33.880
Custo amortizado	—	159.232	719.935	62.173	671.839	1.613.179
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	—	—	671.839	671.839
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	—	—	469.309	48.341	—	517.650
Cédula produto rural	—	159.232	250.626	13.832	—	423.690
Valor justo por meio do resultado - VJR	362.169	257.234	314.459	124.766	315.206	1.373.834
Letras financeiras do tesouro (LFT)	21.622	219.135	194.586	10.977	5.104	451.424
Cotas de fundo de investimento	288.707	—	4.509	—	—	293.216
Certificados de recebíveis imobiliários	154	35	10.906	36.137	180.105	227.337
Debêntures	27.854	168	9.176	11.604	76.390	125.192
Certificados de depósitos bancários	23.002	7.759	68.489	412	1.381	101.043
Certificados de recebíveis agrícolas	32	61	19.374	40.533	23.368	83.368
Letras de créditos agrícolas (LCA)	642	28.808	7.192	34	33	36.709
Nota promissória comercial	—	—	—	25.069	—	25.069
Título Público Federal	—	—	—	—	15.987	15.987
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	135	—	12.838	12.973
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	156	1.268	92	—	—	1.516
Total	1.268.172	4.110.907	3.946.905	8.746.565	5.827.002	23.899.551

	31/12/2023					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	—	22.176	478.209	4.389.513	9.342.123	14.232.021
Letras financeiras do tesouro (LFT)	—	—	135.277	2.478.757	6.598.896	9.212.930
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	177.973	1.288.316	2.465.382	3.931.671
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	—	—	—	415.471	—	415.471
Debêntures	—	22.176	19.968	114.986	173.575	330.705
Nota promissória comercial	—	—	144.991	69.166	—	214.157
Certificados de recebíveis imobiliários	—	—	—	—	104.270	104.270
Certificados de recebíveis agrícolas	—	—	—	22.817	—	22.817
Custo amortizado	44.649	212.869	218.201	16.359	665.413	1.157.491
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	—	—	665.413	665.413
Cédula produto rural	44.649	192.874	205.416	16.359	—	459.298
Debêntures	—	19.995	12.785	—	—	32.780
Valor justo por meio do resultado - VJR	368.025	55.104	422.135	218.214	415.122	1.478.600
Letras financeiras do tesouro (LFT)	4.065	671	320.737	86.496	8.367	420.336
Cotas de fundo de investimento	358.332	—	—	—	—	358.332
Debêntures	3	5.974	25.383	18.422	231.784	281.566
Certificados de recebíveis imobiliários	—	966	2.138	62.714	116.501	182.319
Letras financeiras do tesouro nacional (LTN)	939	26.049	21.305	16.935	8.580	73.808
Certificados de recebíveis agrícolas	—	17	3.256	26.999	34.099	64.371
Certificados de depósitos bancários	4.117	14.734	24.215	4.863	7.668	55.597
Notas do tesouro nacional (NTN)	—	—	19.942	—	7.634	27.576
Letras de créditos agrícolas (LCA)	450	3.932	4.368	1.445	489	10.684
Nota promissória comercial	—	2.659	—	—	—	2.659
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	119	102	791	340	—	1.352
Total	412.674	290.149	1.118.545	4.624.086	10.422.658	16.868.112

11. Instrumentos financeiros derivativos

A Inter&Co realiza operações com instrumentos financeiros derivativos na gestão de riscos da instituição, bem como para atender demandas de seus clientes. Essas operações envolvem derivativos de swaps, índices, futuros e termos.

a. Instrumentos financeiros derivativos - ajuste a valor justo por vencimento

	Valor de referência (notional)	Custo amortizado	Ajuste a valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	31/12/2024	31/12/2023
Ativo									
Contratos a termo	528	528	528	335	193	—	—	528	4.213
Contratos futuros	2.718.614	35	35	—	4	17	14	35	25
Total	2.719.142	563	563	335	197	17	14	563	4.238
Passivo									
Contratos de swap	(13.500)	(5.463)	(5.463)	—	(5.463)	—	—	(5.463)	(14.665)
Contratos a termo	(1.187.939)	(64.539)	(64.539)	(17.874)	(46.665)	—	—	(64.539)	(398)
Contratos futuros	(11.319.949)	(46)	(46)	—	(1)	(36)	(9)	(46)	—
Total	(12.521.388)	(70.048)	(70.048)	(17.874)	(52.129)	(36)	(9)	(70.048)	(15.063)
Efeito líquido	(9.802.246)	(69.485)	(69.485)	(17.539)	(51.932)	(19)	5	(69.485)	(10.825)

b. Contratos a termo, futuro e swap – valor de referência

A seguir apresentamos o valor de referência de todos os derivativos por vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	31/12/2024	31/12/2023
Posição comprada	63.081	2.644.965	9.447	1.649	2.719.142	146.040
Contratos a termo	335	193	—	—	528	24.223
Contratos futuros	62.746	2.644.772	9.447	1.649	2.718.614	121.817
Posição vendida	(2.417.422)	(4.857.340)	(2.648.309)	(2.598.317)	(12.521.388)	6.380.611
Contratos de swap	—	(13.500)	—	—	(13.500)	40.500
Contratos a termo	(283.500)	(904.439)	—	—	(1.187.939)	2.103
Contratos futuros	(2.133.922)	(3.939.401)	(2.648.309)	(2.598.317)	(11.319.949)	6.338.008
Total	(2.354.341)	(2.212.375)	(2.638.862)	(2.596.668)	(9.802.246)	6.526.651

Contratos de swap: Os swaps foram realizados com a finalidade de mitigar o risco de mercado associados ao descasamento entre os indexadores da carteira de crédito imobiliário e os indexadores da carteira de captação. Em 31 de dezembro de 2024, o Inter possuía contratos de swaps ativos em CDI e passivos em IGP-M, com depósito de margem de garantia e reconhecidos pelo seu valor justo no resultado do período.

Contratos a termo: Os contratos a termo foram realizados tanto para mitigar os riscos de mercado decorrente de exposição do Inter quanto para atender demandas específicas de clientes. Os contratos a termo consideram a compra ou venda de determinado ativo com base em um preço previamente acordado, com liquidação em data futura.

Contratos futuros: Os contratos futuros foram realizados com o objetivo de mitigar (i) os riscos decorrentes das exposições vinculadas à taxa de câmbio, incluindo de investimentos no exterior, bem como (ii) os riscos decorrentes do descasamento das taxas de juros das posições ativas e das taxas de captação.

As transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são mantidas sob custódia na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

c. Hedge contábil - exposição

A Inter&Co possui *hedge* contábil para alguns de seus empréstimos, Investimentos e exposições em moeda estrangeira. O tratamento do *hedge* contábil é realizado em conformidade com a estratégia e propósito da estrutura, podendo ser (i) *Hedge* a valor justo, (ii) *Hedge* fluxo de caixa ou (iii) *Hedge* de Investimento no Exterior. Neste contexto, parte do resultado da estrutura pode ser reconhecidos na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários, e só são transferidos para o resultado em caso de inefetividade do *hedge* ou liquidação da estrutura.

	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge	7.746.620	5.811.750
DI futuro (a)	3.218.086	3.755.670
IPCA (c)	3.396.865	1.728.330
Dólar futuro (b)	1.105.326	256.589
Swap (c)	26.344	71.161
Objeto de hedge	7.656.991	5.826.436
Operações de crédito (a)	3.165.012	3.761.467
Operações de crédito imobiliário (c)	3.381.406	1.802.022
Investimento no exterior (b)	1.110.573	262.947

- (a) A taxa DI refere-se à média das taxas de empréstimos interbancários *overnight* no Brasil. Referem-se as carteiras de empréstimos, incluindo antecipação de saque FGTS e crédito consignado;
- (b) Utilizado para proteção de investimento em controlada no exterior; e
- (c) Referem-se a carteira de crédito imobiliário.

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas

a. Composição do saldo

	31/12/2024	31/12/2023
Cartão de crédito	11.799.890	33,14 %
Imobiliário	11.250.187	31,60 %
Pessoal	8.236.791	23,14 %
Empresas	3.968.591	11,15 %
Rural	340.834	0,96 %
Total	35.596.293	100,00 %
Perda esperada por redução ao valor recuperável	(2.268.938)	(1.883.758)
Saldo líquido	33.327.355	27.900.543

b. Concentração da carteira

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo	% sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	Saldo	% sobre empréstimos e adiantamentos a clientes
Maior devedor	123.456	0,35 %	339.130	1,14 %
10 maiores devedores	964.974	2,71 %	1.520.664	5,11 %
20 maiores devedores	1.520.889	4,27 %	2.140.098	7,19 %
50 maiores devedores	2.378.545	6,68 %	3.225.766	10,83 %
100 maiores devedores	3.181.258	8,94 %	4.147.360	13,92 %

c. Segregação por prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
Vencidas a partir de 1 dia	3.949.602	3.599.256
A vencer até 3 meses	3.807.585	3.910.594
A vencer de 3 a 12 meses	9.242.130	8.366.848
A vencer acima de um ano	18.596.976	13.907.603
Total	35.596.293	29.784.301

d. Concentração por setor econômico:

	31/12/2024	31/12/2023
Atividades financeiras	5.667.776	1.708.407
Construção	1.817.869	1.885.772
Atividades administrativas	1.190.423	1.529.880
Indústrias	1.429.907	1.396.046
Comércio	1.468.875	1.490.290
Agricultura	79.653	150.896
Outros segmentos (a)	2.110.431	1.433.467
Pessoa jurídica	13.764.934	9.594.758
Pessoa física	21.831.359	20.189.543
Total	35.596.293	29.784.301

(a) Refere-se, principalmente, as atividades imobiliárias, serviços de comunicação, transporte, armazenagem e correio.

e. Análise da movimentação dos empréstimos e adiantamentos à clientes por estágio

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	8.073.708	(1.054.480)	(17)	87.965	5.099	(3.708.957)	—	6.927.321	10.330.639
Imobiliário	7.931.469	(1.668.387)	(756)	995.158	738	(1.315.562)	—	4.254.268	10.196.928
Pessoal	6.533.589	(565.236)	(988)	191.527	162	(2.608.266)	—	3.839.091	7.389.879
Empresas	3.829.413	(151.932)	—	30.545	—	(9.906.660)	—	10.086.312	3.887.678
Rural	738.126	—	—	—	—	(784.809)	—	387.517	340.834
Total	27.106.305	(3.440.035)	(1.761)	1.305.195	5.999	(18.324.254)	—	25.494.509	32.145.958
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	405.996	(87.965)	(2.074.372)	1.054.480	—	(1.335.185)	—	2.318.549	281.503
Imobiliário	515.047	(995.158)	(721.566)	1.668.387	476.245	(92.913)	—	(14.911)	835.131
Pessoal	317.462	(191.527)	(447.409)	565.236	83.657	(554.117)	—	484.514	257.816
Empresas	10.200	(30.545)	(78.128)	151.932	3.787	(8.528)	—	(4.628)	44.090
Rural	3.441	—	(3.463)	—	—	—	—	22	—
Total	1.252.146	(1.305.195)	(3.324.938)	3.440.035	563.689	(1.990.743)	—	2.783.546	1.418.540
Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	981.573	(5.099)	—	17	2.074.372	(546.766)	(1.317.366)	1.017	1.187.748
Imobiliário	137.052	(738)	(476.245)	756	721.566	(136.123)	(22.505)	(5.635)	218.128
Pessoal	287.693	(162)	(83.657)	988	447.409	(191.843)	(244.125)	372.793	589.096
Empresas	16.141	—	(3.787)	—	78.128	(1.911)	(16.704)	(35.044)	36.823
Rural	3.391	—	—	—	3.463	—	(6.854)	—	—
Total	1.425.850	(5.999)	(563.689)	1.761	3.324.938	(876.643)	(1.607.554)	333.131	2.031.795
Consolidado				Saldo inicial em 01/01/2024	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (recebimento)	Saldo final em 31/12/2024	
Cartão de crédito				9.461.277	(5.590.908)	(1.317.366)	9.246.887	11.799.890	
Imobiliário				8.583.568	(1.544.598)	(22.505)	4.233.722	11.250.187	
Pessoal				7.138.744	(3.354.226)	(244.125)	4.696.398	8.236.791	
Empresas				3.855.754	(9.917.099)	(16.704)	10.046.640	3.968.591	
Rural				744.958	(784.809)	(6.854)	387.539	340.834	
Total				29.784.301	(21.191.640)	(1.607.554)	28.611.186	35.596.293	

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	5.893.995	(1.006.343)	(172)	87.520	82	(3.367.608)	—	6.466.234	8.073.708
Imobiliário	5.843.066	(1.306.165)	(254)	760.010	63.552	(733.834)	—	3.305.094	7.931.469
Pessoal	4.941.344	(461.393)	(1.583)	294.992	1.768	(823.872)	—	2.582.333	6.533.589
Empresas	3.378.982	(56.237)	—	25.502	—	(8.093.169)	—	8.574.335	3.829.413
Rural	718.115	(11.991)	—	—	—	(733.371)	—	765.373	738.126
Total	20.775.502	(2.842.129)	(2.009)	1.168.024	65.402	(13.751.854)	—	21.693.369	27.106.305
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	335.422	(87.520)	(1.600.916)	1.006.343	—	(1.338.807)	—	2.091.474	405.996
Imobiliário	280.633	(760.010)	(500.742)	1.306.165	264.051	(55.981)	—	(19.069)	515.047
Pessoal	290.510	(294.992)	(382.699)	461.393	31.643	(253.754)	—	465.361	317.462
Empresas	10.476	(25.502)	(30.140)	56.237	2.130	(1.858)	—	(1.143)	10.200
Rural	—	—	(3.391)	11.991	—	(5.071)	—	(88)	3.441
Total	917.041	(1.168.024)	(2.517.888)	2.842.129	297.824	(1.655.471)	—	2.536.535	1.252.146
Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Contratos finalizados	Baixas para prejuízo	Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	641.147	(82)	—	172	1.600.916	(422.103)	(891.631)	53.154	981.573
Imobiliário	128.113	(63.552)	(264.051)	254	500.742	(135.755)	(25.211)	(3.488)	137.052
Empresas	231.929	(1.768)	(31.643)	1.583	382.699	(111.720)	(200.522)	17.135	287.693
Pessoal	3.042	—	(2.130)	—	30.140	(984)	(3.173)	(10.754)	16.141
Rural	1.554	—	—	—	3.391	—	(1.554)	—	3.391
Total	1.005.785	(65.402)	(297.824)	2.009	2.517.888	(670.562)	(1.122.091)	56.047	1.425.850
Consolidado		Saldo inicial em 01/01/2023		Contratos finalizados		Baixas para prejuízo		Originação / (Recebimento)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito			6.870.564	(5.128.518)		(891.631)		8.610.862	9.461.277
Imobiliário			6.251.812	(925.570)		(25.211)		3.282.537	8.583.568
Pessoal			5.463.783	(1.189.346)		(200.522)		3.064.829	7.138.744
Empresas			3.392.500	(8.096.011)		(3.173)		8.562.438	3.855.754
Rural			719.669	(738.442)		(1.554)		765.285	744.958
Total			22.698.328	(16.077.887)		(1.122.091)		24.285.951	29.784.301

f. Análise da movimentação das perdas esperadas por estágio:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	408.412	(540.829)	(14)	18.833	625	—	540.283	427.310
Imobiliário	49.930	(147.150)	(129)	26.583	5	—	132.255	61.494
Pessoal	106.635	(153.309)	(278)	5.769	6	—	122.349	81.172
Empresas	12.859	(20.803)	—	188	—	—	18.396	10.640
Rural	11.122	—	—	—	—	—	(4.129)	6.993
Total	588.958	(862.091)	(421)	51.373	636	—	809.154	587.609
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	225.771	(18.833)	(1.461.697)	540.829	—	—	886.177	172.247
Imobiliário	39.710	(26.583)	(141.662)	147.150	34.980	—	(3.886)	49.709
Pessoal	89.687	(5.769)	(313.309)	153.309	10.325	—	122.266	56.509
Empresas	789	(188)	(20.153)	20.803	295	—	3.124	4.670
Rural	947	—	(1.661)	—	—	—	714	—
Total	356.904	(51.373)	(1.938.482)	862.091	45.600	—	1.008.395	283.135
Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2024	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2024
Cartão de crédito	708.986	(625)	—	14	1.461.697	(1.317.366)	118.091	970.797
Imobiliário	44.092	(5)	(34.980)	129	141.662	(22.505)	(61.767)	66.626
Pessoal	208.043	(6)	(10.325)	278	313.309	(244.125)	174.267	441.441
Empresas	6.231	—	(295)	—	20.153	(16.704)	7.891	17.276
Rural	1.628	—	—	—	1.661	(6.854)	3.564	(1)
Total	968.980	(636)	(45.600)	421	1.938.482	(1.607.554)	242.046	1.496.139
Consolidado				Saldo inicial em 01/01/2024	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2024	
Cartão de crédito				1.343.169	(1.317.366)	1.544.551	1.570.354	
Imobiliário				133.732	(22.505)	66.602	177.829	
Pessoal				404.365	(244.125)	418.882	579.122	
Empresas				19.879	(16.704)	29.411	32.586	
Rural				13.697	(6.854)	149	6.992	
Total				1.914.842	(1.607.554)	2.059.595	2.366.883	

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	296.909	(359.988)	(52)	26.254	53	—	445.236	408.412
Imobiliário	66.484	(95.396)	(50)	30.638	7.554	—	40.700	49.930
Pessoal	98.516	(72.948)	(13)	31.534	866	—	48.680	106.635
Empresas	12.099	(2.921)	—	141	—	—	3.540	12.859
Rural	11.606	(2.113)	—	—	—	—	1.629	11.122
Total	485.614	(533.366)	(115)	88.567	8.473	—	539.785	588.958
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	174.466	(26.254)	(1.032.014)	359.988	—	—	749.585	225.771
Imobiliário	16.939	(30.638)	(83.197)	95.396	21.030	—	20.180	39.710
Pessoal	90.088	(31.534)	(212.221)	72.948	5.329	—	165.077	89.687
Empresas	899	(141)	(4.492)	2.921	44	—	1.558	789
Rural	—	—	(1.626)	2.113	—	—	460	947
Total	282.392	(88.567)	(1.333.550)	533.366	26.403	—	936.860	356.904
Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2023	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2023
Cartão de crédito	402.826	(53)	—	52	1.032.014	(891.631)	165.778	708.986
Imobiliário	19.127	(7.554)	(21.030)	50	83.197	(25.211)	(4.487)	44.092
Pessoal	127.149	(866)	(5.329)	13	212.221	(200.521)	75.376	208.043
Empresas	328	—	(44)	—	4.492	(3.173)	4.628	6.231
Rural	976	—	—	—	1.626	(1.554)	580	1.628
Total	550.406	(8.473)	(26.403)	115	1.333.550	(1.122.090)	241.875	968.980
Consolidado				Saldo inicial em 01/01/2023	Baixas para prejuízo	Constituição/(reversão)	Saldo final em 31/12/2023	
Cartão de crédito				874.201	(891.631)	1.360.599	1.343.169	
Imobiliário				102.550	(25.211)	56.393	133.732	
Empresas				315.753	(200.521)	289.133	404.365	
Pessoal				13.326	(3.173)	9.726	19.879	
Rural				12.582	(1.554)	2.669	13.697	
Total				1.318.412	(1.122.090)	1.718.520	1.914.842	

13. Ativos não circulantes mantidos para venda

O saldo de ativos não circulantes mantidos para venda compreende os ativos originalmente recebidos em garantia de empréstimos e adiantamentos a clientes, os quais foram retomados. O valor de Imóveis em 31 de dezembro de 2024 era R\$ 234.611 (31 de dezembro de 2023: R\$ 174.355).

14. Investimentos

a. Composição do investimento em coligada:

Empresas coligadas	Participação no capital social		Investimentos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (a)	— %	50,00 %	—	80.233
Total			—	80.233
Outros investimentos			10.401	10.401
Total			10.401	90.634

(a) Conforme a nota 4.b, em 28 de maio de 2024, o Banco Inter anunciou a aquisição de 100% do capital social da Inter Pag Instituição de Pagamento S.A. (antiga Granito) por R\$111.785, com aprovação do BACEN em 24 de julho de 2024. Anteriormente, a Inter Pag era um investimento conjunto, com 50% de participação do Banco Inter. Com a compra total, a parcela correspondente à Joint Venture deixou de ser reconhecida, e a Inter Pag passou a ser consolidada integralmente nas demonstrações financeiras da Inter&Co.

b. Resultado de participações em coligadas:

	31/12/2024	31/12/2023
Inter Pag Instituição de Pagamento S.A (a)	(2.480)	(32.040)
Total	(2.480)	(32.040)

(a) O resultado de participações em coligadas de 2024 foi registrado até o segundo trimestre de 2024.

15. Imobilizado

a. Composição do imobilizado:

	Taxa de depreciação anual	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor contábil
Móveis e equipamentos	10% - 20%	240.957	(28.659)	212.298
Ativo de direito de uso - equipamentos e edificações	4% to 10%	110.823	(9.796)	101.027
Edificações	4%	50.359	(15.175)	35.184
Sistemas de processamento de dados	20%	30.461	(13.608)	16.853
Obras em curso	—	4.580	—	4.580
Total		437.180	(67.238)	369.942

	Taxa de depreciação anual	31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor contábil
Móveis e equipamentos	10%	35.508	(10.370)	25.138
Ativo de direito de uso - equipamentos e edificações	4% to 10%	117.873	(9.193)	108.680
Edificações	4%	39.062	(10.896)	28.166
Sistemas de processamento de dados	20%	16.907	(13.364)	3.543
Obras em curso	—	2.020	—	2.020
Total		211.370	(43.823)	167.547

b. Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Variação Cambiál	Saldos em 31/12/2024
Custo histórico						
Móveis e equipamentos	35.508	49.163	(3.295)	154.139	5.442	240.957
Edificações	39.062	9.489	—	1.808	—	50.359
Sistemas de processamentos de dados	16.907	13.554	—	—	—	30.461
Obras em curso	2.020	2.515	—	45	—	4.580
Total	93.497	74.721	(3.295)	155.992	5.442	326.357
Depreciação acumulada						
Móveis e equipamentos	(10.370)	(16.500)	32	—	(1.820)	(28.658)
Edificações	(10.896)	(4.279)	—	—	—	(15.175)
Sistemas de processamentos de dados	(13.365)	(244)	—	—	—	(13.609)
Total	(34.631)	(21.023)	32	—	(1.820)	(57.442)
Total	58.866	53.698	(3.263)	155.992	3.622	268.915
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Variação Cambiál	Saldos em 31/12/2023
Custo histórico						
Móveis e equipamentos	23.601	12.028	(614)	1.093	(600)	35.508
Edificações	37.447	1.778	—	(163)	—	39.062
Sistemas de processamentos de dados	15.636	424	—	847	—	16.907
Obras em curso	1.794	226	—	—	—	2.020
Total	78.478	14.456	(614)	1.777	(600)	93.497
Depreciação acumulada						
Móveis e equipamentos	(2.069)	(2.759)	91	(5.855)	222	(10.370)
Edificações	(25.149)	(3.395)	—	17.648	—	(10.896)
Sistemas de processamentos de dados	(12)	(160)	377	(13.570)	—	(13.365)
Total	(27.230)	(6.314)	468	(1.777)	222	(34.631)
Total	51.248	8.142	(146)	—	(378)	58.866

c. Ativo de direito de uso

	Edificações e Equipamentos
Saldo em 1 janeiro 2024	108.680
Adições aos ativos de direito de uso	1.813
Depreciação	(603)
Atualizações	5.440
Rescisão de arrendamento dos contratos não renovados/baixas	(14.303)
Saldo em 31 dezembro 2024	101.027
	Edificações e Equipamentos
Saldo em 1 janeiro 2023	136.771
Adições aos ativos de direito de uso	3.425
Depreciação	(1.577)
Rescisão de arrendamento dos contratos não renovados/baixas	(29.939)
Saldo em 31 dezembro 2023	108.680

16. Intangível

a. Composição do intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo Histórico	(Amortização acumulada)	Valor líquido	Custo Histórico	(Amortização acumulada)	Valor líquido
Custos de desenvolvimento	20%	530.228	(204.850)	325.378	360.818	(119.107)	241.711
Intangível em andamento	—	460.783	—	460.783	288.045	—	288.045
Software	17%	628.654	(381.765)	246.889	457.210	(283.993)	173.217
Carteira de clientes	20%	13.965	(9.237)	4.728	13.965	(7.369)	6.596
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	—	798.275	—	798.275	635.735	—	635.735
Total		2.431.905	(595.852)	1.836.053	1.755.773	(410.469)	1.345.304

b. Movimentação do intangível

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Amortização	31/12/2024
Custos de desenvolvimento	241.711	17.117	—	152.293	—	(85.743)	325.378
Intangível em andamento	288.045	310.570	(7.269)	(146.777)	16.214	—	460.783
Software	173.217	99.996	(120)	(5.516)	77.084	(97.772)	246.889
Carteira de clientes	6.596	—	—	—	—	(1.868)	4.728
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	635.735	—	—	—	162.540	—	798.275
Total	1.345.304	427.683	(7.389)	—	255.838	(185.383)	1.836.053

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Amortização	31/12/2023
Custos de desenvolvimento	185.565	40.746	(195)	86.648	—	(71.053)	241.711
Intangível em andamento	279.675	143.625	(188)	(135.067)	—	—	288.045
Software	132.217	72.338	(42)	48.419	—	(79.715)	173.217
Carteira de clientes	8.376	—	—	—	—	(1.781)	6.596
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	632.796	—	—	—	2.939	—	635.735
Total	1.238.629	256.709	(425)	—	2.939	(152.549)	1.345.304

17. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	630.457	327.585
Despesas antecipadas (a)	505.127	351.627
Devedores diversos (b)	267.636	171.143
Prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros	216.790	189.019
Comissões e bonificações a receber (c)	211.871	226.520
Serviços prestados a faturar	115.243	55.659
Valores a receber de venda de Investimentos	83.194	109.682
Acordo de vendas de imóveis a receber	54.582	45.961
Liquidações pendentes (d)	49.342	148.613
Adiantamentos a terceiros	23.369	29.690
Liquidação antecipada de operações de crédito	4.039	79.278
Outros	324.495	390.454
Total	2.486.145	2.125.231

(a) Trata-se substancialmente de custo de aquisição de clientes da conta digital e despesas de portabilidade apropriar;

(b) Refere-se, principalmente, a valores de portabilidade a processar, valores a processar de cartões de crédito, negociação e intermediação de valores e devedores por depósito judicial;

(c) Refere-se, principalmente, ao bônus a receber dos contratos comerciais firmados com a Mastercard, Liberty e Sompo;

(d) Liquidações pendentes: refere-se, principalmente a saldos de liquidação a receber da B3.

18. Passivos com instituições financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com redes de cartão de crédito	8.956.528	6.801.035
Obrigações por operações compromissadas	1.725.852	1.011.092
Depósitos interfinanceiros	517.072	1.647.866
Outros	120.125	62.476
Total	11.319.577	9.522.469

19. Passivos com clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo	39.228.575	28.158.459
Depósitos poupança	1.883.432	1.540.604
Depósitos à vista	1.415.427	2.572.536
Credores por recursos à liberar	275.795	380.021
Total	42.803.229	32.651.620

20. Títulos emitidos

	31/12/2024	31/12/2023
Letras de crédito imobiliário	9.182.632	7.898.500
Letra de crédito imobiliária garantida	337.952	—
Letras financeiras	185.017	147.876
Letras de crédito do agronegócio	184.618	48.666
Total	9.890.219	8.095.042

21. Empréstimos e repasses

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por repasse - Tesouro Funcafé (a)	104.400	81.838
Obrigações por repasse - CEF (b)	18.116	20.292
Obrigações por repasse - BNDES (c)	5.603	5.282
Outros	805	—
Total	128.924	107.412

(a) Referem-se a operações de crédito rural com Funcafé (com taxa fixa de 8% a.a.).

(b) Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal (com taxas entre 4,5% e 6% a.a.);

(c) Referem-se a operações de Capital de Giro com o BNDES (com taxa fixa de até 6,87% a.a.).

22. Impostos correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	462.501	287.978
PIS/COFINS	46.627	27.717
INSS/FGTS	23.070	19.392
Outros	42.231	28.175
Total	574.429	363.262

23. Provisões e passivos contingentes

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências	53.792	39.368
Provisão sobre compromissos de empréstimo (a)	97.945	31.084
Total	151.737	70.452

(a) O Inter constitui perdas esperadas para os ativos financeiros que incluem tanto um componente sacado quanto um componente de compromisso de empréstimo ainda não utilizado. Na medida em que o valor combinado das perdas de crédito esperadas excede o valor contábil bruto do ativo financeiro, o saldo remanescente é apresentado como uma provisão.

a. Provisões

As pessoas jurídicas do Grupo, no curso normal de suas atividades, são partes em processos judiciais de natureza fiscal (tributários e previdenciários), trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando em consideração as leis vigentes, regulamentação aplicável, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade dos casos, a jurisprudência, a experiência pregressa e outros critérios relevantes que permitam a estimativa mais adequada possível.

i. Processos trabalhistas

São ações movidas visando obter indenizações de natureza trabalhista. Os valores provisionados estão relacionados a processos em que são discutidos supostos direitos trabalhistas, como horas extras e equiparação salarial. Individualmente, os valores provisionados para processos trabalhistas não são significativos.

ii. Processos cíveis

São demandas, em sua maior parte, que têm por objetivo pedidos de indenização por danos material e moral, relativos aos produtos do Grupo, tais como o produto crédito consignado, além de ações declaratórias e reparatórias, observância à limitação de 30% de desconto em contracheques de mutuários, apresentação de documentos e ações revisionais.

Movimentação das provisões

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.982	33.386	39.368
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	5.494	38.862	44.356
Pagamentos	(2.919)	(32.720)	(35.639)
Combinação de negócios (a)	5.367	340	5.707
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.924	39.868	53.792
 Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	28.118
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	3.429	35.126	38.555
Pagamentos	(1.235)	(26.070)	(27.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.982	33.386	39.368

(a) Como parte da aquisição da Inter Pag Instituição de Pagamento S.A, a Inter&Co reconheceu uma provisão trabalhista de R\$ 5.367 e Cível de R\$ 340, totalizando R\$5.707 (vide Nota 4.b). Em 31 de dezembro de 2024 as provisões trabalhistas e cíveis foram reavaliadas, respectivamente, no montante de R\$ 4.986 e R\$ 344, totalizando R\$ 5.330.

b. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

Os principais processos com essa classificação são:

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL

Em 30 de agosto de 2013, foi emitido um auto de infração (referente a algumas despesas consideradas como não dedutíveis) exigindo o pagamento de valores de imposto de renda e contribuição social referentes aos anos-calendário de 2008 a 2009.

31/12/2024		31/12/2023	
Valor total	Valor em risco	Valor total	Valor em risco
63.301	30.312	72.259	33.390

ii. COFINS

O Grupo Inter está discutindo as multas da COFINS do período de 1999 a 2014.

Antes da publicação da Lei nº 12.973/14, que alterou o entendimento sobre a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo da COFINS, discutia-se a ampliação da base de cálculo da referida contribuição promovida pelo §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 2005, o Inter obteve decisão definitiva e irrecorrível favorável do Supremo Tribunal Federal, concedendo-lhe o direito de pagar a COFINS com base apenas na receita de prestação de serviços, ao invés da receita total que incluiria as receitas financeiras.

Durante o período de 1999 a 2006, o Inter realizou depósitos judiciais e/ou efetuou o pagamento da obrigação. Em 2006, por meio de decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e anuência expressa da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização para utilização dos créditos, por valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações correntes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006. Posteriormente, a Receita Federal questionou os procedimentos adotados pelo Inter, aplicando o entendimento de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo da COFINS.

Após a edição da Lei 12.973/14, o Inter modificou seus procedimentos para incluir as receitas financeiras na base de cálculo da COFINS e, portanto, todos os fatos geradores envolvidos nas discussões do Inter são anteriores a esta lei.

Atualmente, a aplicação da coisa julgada material está sendo discutida em ação judicial distinta que garantiu o direito do Inter de não recolher a COFINS sobre suas receitas financeiras, de modo que o julgamento do Tema 372 pelo Supremo Tribunal Federal não afeta diretamente as discussões do Grupo Inter.

31/12/2024		31/12/2023	
Valor total	Valor em risco	Valor total	Valor em risco
153.760	68.738	145.522	65.044

24. Outros passivos

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos a processar (a)	1.896.283	1.150.536
Provisões sociais e estatutárias	206.392	139.752
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 24.b)	113.690	120.395
Liquidações pendentes (b)	50.202	118.307
Passivos de contratos (c)	38.205	41.785
Convênios	19.755	27.979
Outras obrigações	61.930	298.494
Total	2.386.457	1.897.248

- (a) O saldo é composto substancialmente por: (i) parcelas de operações de crédito a transferir; (ii) ordens de pagamento a liquidar; (iii) fornecedores a pagar; (iv) passivo de combinação de negócios; e (v) taxas a pagar;
- (b) Referem-se a operações de clientes destinadas à realização de negócios com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, que serão liquidadas em um prazo máximo de D+5; e
- (c) O saldo consiste em valores recebidos, ainda não reconhecidos no resultado, decorrentes do contrato de exclusividade de produtos de seguros firmado entre a controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros") e Liberty Seguros.

b. Passivo de arrendamentos

Abaixo demonstramos as movimentações de passivos de arrendamentos em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	120.395
Novos contratos	1.813
Pagamentos	(36.993)
Apropriação de encargos financeiros	28.475
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	113.690
 Saldo em 01 de janeiro de 2023	 146.705
Novos contratos	3.460
Pagamentos	(37.678)
Apropriação de encargos financeiros	7.908
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.395

c. Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está dividido da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	1.011	6.016
Entre 1 e 5 anos	10.584	10.431
Acima de 5 anos	102.095	103.948
Total	113.690	120.395

25. Patrimônio Líquido

a. Composição do capital social

Data	Classe A	Classe B	Total
31/12/2024	322.664.816	117.037.105	439.701.921
31/12/2023	285.153.435	117.037.105	402.190.540

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado da Inter & Co, Inc., é de US\$50.000, dividido em 20.000.000.000 ações com valor nominal de US\$0,0000025 cada, sendo (i) 10.000.000.000 ações ordinárias classe A, (ii) 5.000.000.000 ações ordinárias classe B e (iii) 5.000.000.000 independente da classe, com direitos designados pelo Conselho de Administração da Companhia independentemente da classe. O capital social integralizado da Inter & Co, Inc., é de R\$13 em 31 de dezembro de 2024, (31 de dezembro de 2023: R\$13).

Sem prejuízo de quaisquer direitos especiais conferidos aos titulares de quaisquer outras ações ou classe de ações estabelecidas, os titulares de Ações Classe A e os titulares de Ações Classe B deverão:

(a) ter os mesmos direitos, exceto no que diz respeito ao direito de voto. Os titulares de Ações Classe A têm direito a 1 (um) voto em qualquer das matérias que sejam deliberadas nas assembleias gerais, enquanto os titulares de Ações Classe B têm direito a 10 (dez) votos em qualquer das matérias que sejam deliberadas nas assembleias gerais da Inter & Co.

(b) ter direito aos dividendos que o Conselho de Administração possa declarar iguais e proporcionais à sua participação na Companhia, sem distinção entre as classes de ações.

(c) em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, voluntária ou involuntária, ou para fins de reorganização ou de outra forma, ou mediante qualquer distribuição de capital, terão direito aos ativos excedentes da Inter&Co; e

(d) em geral, terão o direito de usufruir de todos os direitos inerentes às ações Classe A e Classe B.

Os direitos especiais conferidos aos titulares das ações Classe A e Classe B nestas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Inter & Co, Inc., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2023, foram emitidas um total de 37.511.381 novas ações ordinárias Classe A, destinadas aos beneficiários de nossos planos de incentivos.

Em 16 de janeiro de 2024, a Inter&Co anunciou o início da oferta pública de 36.800.000 (trinta e seis milhões e oitocentos mil) de ações ordinárias classe A. A oferta foi precificada em 18 de janeiro de 2024 a US\$ 4,40 (R\$ 21,74) por ação e a liquidação final da oferta ocorreu em 20 de fevereiro de 2024, resultando numa captação bruta de R\$823.036 e um custo de emissão de títulos patrimoniais de R\$(38.768). Esse movimento está classificado em reservas de capital.

b. Reservas

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de reservas totalizaram R\$9.793.992 (31 de dezembro de 2023: R\$8.147.285).

c. Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2024, a Inter&Co, Inc. possui outros resultados abrangentes acumulados no patrimônio líquido de R\$(898.830) (31 de dezembro de 2023: R\$(675.488)), montante composto pelo valor líquido de ativos financeiros ao VJORA, resultado em operações de hedge de fluxo de caixa, ajuste de variação cambial de controlada no exterior e impostos.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Inter&Co Inc., realizou pagamento de dividendos no montante de R\$ 68.813 aos seus acionistas.

e. Resultado básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	907.132	302.343
Número médio ponderado de ações	435.927.486	401.773.841
Lucro por ação básico (R\$)	2,08	0,75
Lucro por ação diluído (R\$)	2,07	0,75

O lucro por ação básico e diluído, são apresentados com base nas duas classes de ações, A e B, e são calculados pela divisão do resultado líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação nos períodos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Inter&Co reportou efeitos diluidores para fins de cálculo do lucro por ação diluído. Esses efeitos foram decorrentes das ações concedidas dos planos de pagamentos baseados em ações, com quantidade média ponderada de 3.048.026.

f. Participação de acionistas não controladores

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de participação de acionistas não controladores é R\$ 177.132 (31 de dezembro de 2023: R\$ 124.881).

g. Reservas reflexas

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva reflexa é de R\$43.074 (31 de dezembro de 2023: R\$ 44.217). A reserva reflexa é composta principalmente por pagamentos baseado em ações liquidadas com instrumentos patrimoniais do Banco Inter.

26. Resultado líquido de juros

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de juros		
Cartão de crédito	1.478.234	1.246.489
Crédito imobiliário	1.080.761	925.900
Crédito pessoal	1.040.255	1.117.470
Crédito empresas	567.088	521.929
Antecipações de recebíveis	418.724	242.443
Aplicações interfinanceiras	338.955	497.054
Outros	215.196	(1.458)
Total	5.139.213	4.549.827
Despesas de juros		
Depósitos a prazo	(1.994.191)	(1.631.470)
Captação de mercado aberto	(1.044.916)	(1.016.636)
Depósitos de poupança	(102.935)	(91.926)
Depósitos interfinanceiros	(98.170)	(131.020)
Outros	(71.426)	(16.521)
Total	(3.311.638)	(2.887.573)

27. Resultado de títulos e valores mobiliários, derivativos e câmbio

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de títulos e valores mobiliários	2.007.869	1.615.108
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.671.056	1.284.794
Valor justo por meio do resultado	298.832	194.250
Custo amortizado	37.981	136.064
Resultado de Derivativos	546.713	(69.273)
Futuro dólar	(48.016)	33.250
À termo	40.987	(2.445)
Futuro e swap (a)	553.741	(100.078)
Resultado de operações de câmbio e variação cambial (b)	74.588	88.708
Total	2.629.170	1.634.543

(a) Os ajustes a mercado do objeto de hedge compensam os efeitos do resultado de derivativos de hedge accounting.

(b) Apresentado anteriormente na demonstração de resultado em outras receitas.

28. Receitas líquidas de serviços e comissões

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de intercâmbio	1.131.024	820.630
Tarifas de comissão e corretagem	785.976	536.580
Investimentos	124.128	90.772
Tarifas bancárias e operações de crédito	108.135	89.507
Outros	90.813	69.945
Inter Rewards (a)	(126.234)	(66.571)
Despesas de cashback (b)	(360.562)	(236.482)
Total	1.753.280	1.304.382

- (a) Trata-se de um programa de fidelidade e recompensas oferecido pelo Banco Inter. Por meio desse programa, os clientes do banco acumulam pontos em suas transações e operações financeiras e podem trocá-los por benefícios, descontos, produtos ou serviços; e
 (b) Referem-se a valores pagos a clientes como incentivo à compra ou uso de produtos.

29. Outras receitas

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com redes de cartão	81.740	52.317
Receitas de performance (a)	73.650	135.260
Ganhos de capital	55.538	41.785
Receita de mercadorias	24.245	20.600
Outras	98.398	37.017
Total	333.571	286.979

- (a) Consiste substancialmente do resultado do acordo comercial entre o Inter junto a Mastercard, B3 e Liberty, que oferecem bônus de performance à medida que metas acordadas são alcançadas.

30. Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Perdas por ajuste ao valor de recuperação de empréstimos e adiantamento a clientes	(2.059.595)	(1.718.520)
Recuperação de créditos baixados	282.160	167.471
Outros	(22.017)	9.465
Total	(1.799.452)	(1.541.584)

31. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Processamento de dados e telecomunicações	(797.626)	(779.453)
Serviços técnicos especializados e de terceiros e do sistema financeiro (a)	(424.819)	(269.172)
Propaganda, promoções e publicidade	(234.989)	(93.512)
Aluguéis, condomínio e manutenção de bens	(69.313)	(62.870)
Provisões para contingências	(49.120)	(38.611)
Despesas com seguros	(13.131)	(25.620)
Outras (b)	(180.058)	(192.111)
Total	(1.769.055)	(1.461.348)

- (a) Anteriormente apresentado na seguinte linha: Serviços do sistema financeiro;

- (b) Apresentado anteriormente na linha seguinte: Despesas de portabilidade.

32. Despesas de pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(461.421)	(415.817)
Benefícios	(325.601)	(251.583)
Encargos sociais	(141.958)	(115.263)
Outras	(8.781)	(8.076)
Total	(937.761)	(790.739)

33. Despesas tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS	(335.612)	(259.357)
ISSQN	(59.929)	(17.043)
INSS	(18.741)	(13.110)
Outros	(62.756)	(37.074)
Total	(477.037)	(326.584)

34. Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Valores reconhecidos no resultado

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente		
Período corrente	(443.806)	(280.845)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido		
Perda esperada por redução ao valor recuperável	184.863	223.051
Provisão para contingências	7.112	5.074
Avaliação a valor justo operações marcadas a mercado	3.704	(36.249)
Outras diferenças temporárias	(74.962)	33.949
Prejuízo fiscal	90.380	(32.561)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	211.097	193.264
Total	(232.709)	(87.581)

b. Reconciliação da alíquota efetiva

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de impostos	1.205.550	439.841
imposto de renda e contribuição social (a)	(45)%	(542.498)
Efeito fiscal de:		
Juros sobre capital próprio	105.351	22.501
Renda não tributável (despesas não dedutíveis) líquida	62.027	53.397
Subsidiárias não sujeitas à tributação do lucro real	46.578	10.176
Outros	95.833	24.273
Total de Impostos e Contribuições sobre a renda	(232.709)	(87.581)
Taxa de imposto efetiva	(19)%	(20)%

(a) O resultado do Banco Inter representa o maior impacto no valor total dos impostos, portanto apresentamos a alíquota de 45%, que é a alíquota nominal atualmente vigente para os bancos pela legislação brasileira.

c. Movimentação dos ativos e passivos diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Combinação de Negócios	Realização	Saldo em 31/12/2024
Ativos diferidos					
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	630.817	815.679	—	(630.817)	815.679
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	137.729	430.131	—	(125.087)	442.773
Prejuízo fiscal	164.831	138.521	81.393	(48.210)	336.535
Hedge accounting	—	39.187	—	—	39.187
Diferenças temporárias diversas	82.438	40.854	5.195	(82.438)	46.049
Provisão para contingências	17.720	24.801	—	(17.690)	24.831
Subtotal	1.033.535	1.489.173	86.588	(904.242)	1.705.054
Passivos diferidos					
Mais-valia de ativos na combinação de negócios	(7.081)	(13.755)	—	3.480	(17.356)
Hedge accounting	(25.457)	(11.357)	—	25.457	(11.357)
Renda diferida	—	(32.790)	—	—	(32.790)
Subtotal	(32.538)	(57.902)	—	28.937	(61.503)
Total de ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos (a)	1.000.997	1.431.271	86.588	(875.305)	1.643.551

(a) O reconhecimento destes ativos fiscais diferidos é baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportado em estudos técnicos e projeções de resultados.

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ativos diferidos				
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	407.766	784.080	(561.029)	630.817
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	312.159	325.587	(500.017)	137.729
Prejuízo fiscal	202.184	45.463	(82.816)	164.831
Diferenças temporárias diversas	33.668	99.406	(50.636)	82.438
Provisão para contingências	12.664	15.814	(10.758)	17.720
Perdas esperadas de instrumentos financeiros	9.707	—	(9.707)	—
Subtotal	978.148	1.270.350	(1.214.963)	1.033.535
Passivos diferidos				
Mais-valia de ativos na combinação de negócios	—	(12.677)	5.596	(7.081)
Hedge accounting	(30.073)	(164)	4.779	(25.457)
Subtotal	(30.073)	(12.841)	10.375	(32.538)
Total de ativos (passivos) fiscais diferidos líquidos (a)	948.075	1.257.509	(1.204.588)	1.000.997

(a) O reconhecimento destes ativos fiscais diferidos é baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e suportado em estudos técnicos e projeções de resultados.

35. Pagamento baseado em ações
a. Acordos de remuneração baseada em ações
a.1) Plano de stock option - Banco Inter S.A.

Entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2022 o Banco Inter S.A. estabeleceu programas de opção de compra de ações por meio dos quais foram outorgadas, aos administradores e aos executivos do Inter, opções para aquisição de Ações do Banco Inter S.A.

No dia 4 de janeiro de 2023 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Inter&Co, Inc. na qual foi aprovada a migração dos planos de pagamento baseado em ações, com a consequente assunção pela Inter&Co das obrigações do Banco Inter S.A. decorrentes dos planos ativos e dos respectivos programas. Como resultado da reorganização societária, o número de opções detidas por cada beneficiário foi alterado proporcionalmente. Assim, para cada 6 opções de compra de ação ordinária ou ação preferencial do Banco Inter S.A. o beneficiário terá 1 opção de compra de Class A Share da Inter&Co. Além disso, foi aprovada a re-precificação do preço de exercício das opções outorgadas em 2022, que ainda não haviam sido exercidas. Por ocasião da re-precificação, foi realizado novo cálculo do valor justo das opções outorgadas e não exercidas, sendo apurado o montante adicional de R\$15.990 de despesa incremental, a ser apropriado até o prazo final de carência.

As principais características dos planos estão descritas abaixo:

Data de outorga	Prazo final de exercício	Opções (ações INTR)	Vesting	Preço médio de exercício	Participantes
15/02/2018	15/02/2025	5.452.464	Até 5 anos	R\$1,80	Diretores, gestores e colaboradores chave
09/07/2020	09/07/2027	3.182.250	Até 5 anos	R\$21,50	Diretores, gestores e colaboradores chave
31/01/2022	31/12/2028	3.250.000	Até 5 anos	R\$15,50	Diretores, gestores e colaboradores chave

As movimentações das opções de cada plano para o período findo em 31 de dezembro de 2024, informações complementares são demonstradas abaixo:

Data outorga	31/12/2023	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2024
2018	115.799	—	—	43.800	71.999
2020	2.519.138	—	8.325	67.725	2.443.088
2022	2.815.750	—	77.125	93.900	2.644.725
Total	5.450.687	—	85.450	205.425	5.159.812
Preço médio pond. das ações	R\$ 17,98	R\$ —	R\$ 16,08	R\$ 14,56	R\$ 18,15

Data outorga	31/12/2022	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2023
2018	135.599	—	—	19.800	115.799
2020	2.829.225	—	309.412	675	2.519.138
2022	2.838.500	50.000	69.000	3.750	2.815.750
Total	5.803.324	50.000	378.412	24.225	5.450.687
Preço médio pond. das ações	R\$ 18,15	R\$ 15,50	R\$ 20,41	R\$ 4,47	R\$ 17,98

Os valores justos dos planos de 2018 e 2020 foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes considerando os termos e condições em que as opções foram concedidas, e a respectiva despesa de remuneração é reconhecida durante o período de carência.

	2018	2020
Preço de exercício	1,80	21,50
Taxa livre de risco	9,97 %	9,98 %
Duração do exercício (anos)	7	7
Volatilidade anualizada esperada	64,28 %	64,28 %
Valor Justo da opção na data de outorga/ação	0,05	0,05

Já para o programa de 2022, o valor justo foi estimado com base no modelo Binomial:

	2022
Preço de exercício	15,50
Taxa livre de risco	11,45 %
Duração do exercício (anos)	7
Volatilidade anualizada esperada	38,81 %
Valor justo ponderado da opção na data de outorga/ação:	4,08

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados R\$28.792 (em 31 de dezembro de 2023: R\$32.692) de despesas de benefícios a empregados.

a.2) Pagamento baseado em ações relacionado à aquisição da Inter & Co Payments, Inc.

No contexto da aquisição da Inter & Co Payments, Inc., pelo Inter, ficou estabelecido que parte do pagamento aos principais executivos da entidade adquirida seria feito por meio da migração do plano de pagamento baseado em ações da Inter & Co Payments, Inc., com um aditivo para prever que a opção de compra de ações pudesse ser exercida sobre as ações classe A da Inter&Co e/ou ações classe A restritas da Inter & Co, conforme o caso, no lugar das ações da Inter & Co Payments, Inc. Considerando as características do contrato firmado entre as partes, as despesas associadas às opções concedidas são tratadas como uma despesa de remuneração que será contabilizada durante o prazo das opções exercíveis e com base na continuidade do emprego de tais executivos-chave.

O Inter tem o direito de recomprar as ações restritas caso esses executivos-chave deixem de prestar serviços para o Grupo dentro do prazo do contrato de aquisição. Não obstante, todas as ações permanecerão sujeitas às demais restrições à transferência estabelecidas no contrato e na legislação aplicável.

As principais características destes pagamentos baseados em ações estão descritas abaixo:

Data de outorga	Opções	Vesting	Preço médio de exercício (a)	Participantes	Data de vesting de 100% das ações
2022	489.386	Até 3 anos	R\$ 11,89 por ação classe A	Executivos-chave	30/12/2024

- a) O número de opções e o preço de exercício do plano de incentivo de capital da Inter&Co Payments, Inc. foram acordados pelas partes no momento da aquisição. A quantidade de opções e o preço de exercício, após a reorganização da Companhia e listagem na Nasdaq foram recalculados de acordo com a taxa entre as ações do Inter e as Ações Classe A da Companhia. De acordo com o contrato assinado entre as partes, o valor correspondente é de USD 1,92. Os valores apresentados em reais foram convertidos pela cotação do dólar de 31 de dezembro de 2024.

Opções de venda outorgadas:

Data de outorga	Ações	Participantes	Prazo final de exercícios (opção de venda)
2022	643.500	Executivos-chave	30/12/2024

As movimentações dos instrumentos outorgados da Inter & Co Payments, Inc., em 31 de dezembro de 2024 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Data de outorga	31/12/2023	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2024
2022	489.386	—	—	—	489.386
Total	489.386	—	—	—	489.386
Preço médio pond. das ações	R\$ 9,30	R\$ —	R\$ —	R\$ —	R\$ 11,89

Data de outorga	31/12/2022	Concedidas	Prescritas/ canceladas	Exercidas	31/12/2023
2022	489.386	—	—	—	489.386
Total	489.386	—	—	—	489.386
Preço médio pond. das ações	R\$ 9,30	R\$ —	R\$ —	R\$ —	R\$ 9,30
Data de outorga	31/12/2023	Ações concedidas	Prescritas/ canceladas	Opções de venda exercidas	31/12/2024
2022	482.625	—	—	199.942	282.683
Total	482.625	—	—	199.942	282.683
Data de outorga	31/12/2022	Ações concedidas	Prescritas/ canceladas	Opções de venda exercidas	31/12/2023
2022	643.500	—	—	160.875	482.625
Total	643.500	—	—	160.875	482.625

No período findo em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados R\$17.993 (em 31 de dezembro de 2023, R\$33.616) de despesas de benefícios a empregados, no resultado da Companhia.

a.3) Contratos de outorga de ações restritas (RSU) - Inter.

A Assembleia Geral Extraordinária da Inter&Co, Inc. realizada em 4 de janeiro de 2023 aprovou a criação do Plano Omnibus de Incentivos, que visa promover os interesses da Companhia e de seus acionistas, fortalecendo a capacidade da Companhia em atrair, reter e motivar colaboradores que devem que fazer contribuições para a Empresa e forneçam a essas pessoas incentivos para alinhar seus interesses com os dos acionistas da Empresa.

O Plano Omnibus de Incentivos é administrado pelo Conselho de Administração da Inter&Co, Inc., que tem autoridade para aprovar concessões do programa aos funcionários da Empresa.

No ano de 2023, a Companhia outorgou 2.155.500 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2024, 106.000 RSUs outorgadas foram prescritas e 1.074.750 RSUs foram exercidas.

No 1º semestre de 2024, a Companhia outorgou 1.985.000 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2024, 48.750 RSUs outorgadas foram prescritas/canceladas e 468.750 RSUs foram exercidas.

No 2º semestre de 2024, a Companhia outorgou 130.000 unidades de ações restritas (RSUs) no âmbito do Plano Omnibus de Incentivo com cronogramas de vesting de blocos de 25% a diversos executivos e funcionários da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas. Os cronogramas de vesting estão previstos em cada contrato de outorga. Até 31 de dezembro de 2024, 25.000 ações foram exercidas.

Veja tabela abaixo:

31/12/2024

Data de outorga	Taxa de exercício por vesting	Valor justo da ação (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período vesting até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
01/06/2023	25%	R\$14,15	3,5	4,0	2.140.500	963.500
01/11/2023	25%	R\$22,99	4,0	4,0	15.000	11.250
01/02/2024	25%	R\$25,22	4,0	4,0	10.000	7.500
01/04/2024	25%	R\$29,11	4,0	4,0	120.000	95.000
26/04/2024	25%	R\$26,27	3,0	4,0	1.795.000	1.305.000
04/06/2024	25%	R\$30,35	4,0	4,0	60.000	60.000
01/07/2024	25%	R\$33,07	3,0	3,0	50.000	37.500
17/07/2024	25%	R\$36,47	4,0	4,0	30.000	30.000
04/09/2024	25%	R\$40,39	3,0	3,0	50.000	37.500
Total					4.270.500	2.547.250

31/12/2023

Data de outorga	Taxa de exercício por vesting	Valor justo da ação (em reais)	Prazo remanescente do período aquisitivo (em anos)	Período vesting até (anos)	Total outorgado	Total não exercido
01/06/2023	25%	R\$14,15	3,5	4,0	2.140.500	1.586.625
01/11/2023	25%	R\$22,99	4,0	4,0	15.000	15.000
Total					2.155.500	1.601.625

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram apropriados R\$30.219 (em 31 de dezembro de 2023, R\$12.198) de despesas de benefícios a empregados, no resultado da Companhia.

36. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são definidas e controladas de acordo com a política de Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Inter&Co. A política define e assegura as transações envolvendo o Inter e seus acionistas ou partes relacionadas diretas ou indiretas. As transações relacionadas com as subsidiárias são eliminadas no processo de consolidação, não afetando as demonstrações financeiras consolidadas. Abaixo, detalhamos as transações com partes relacionadas:

	Controlador (a)		Coligadas (b)		Pessoal-chave da Administração (c)		Outras partes relacionadas (d)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Ativos	4.101	3.839	—	1.470.694	5.914	16.403	754.975	620.131	764.990
Empréstimos e adiantamento a clientes	4.101	3.839	—	—	5.914	16.403	641.113	620.131	651.128	640.373
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	—	—	—	1.470.694	—	—	113.862	—	113.862	1.470.694
Passivos	(44.190)	(5.261)	—	(9)	16.036	(22.391)	(118.499)	(250.608)	(146.653)	(278.269)
Passivos com clientes - À vista	—	—	—	—	(4)	(406)	(470)	(47.091)	(474)	(47.497)
Passivos com clientes - A prazo	(44.190)	(5.261)	—	(9)	16.040	(21.985)	(118.029)	(203.517)	(146.179)	(230.772)
Resultado	Controlador (a)		Coligadas (b)		Pessoal chave da administração (c)		Outras partes relacionadas (d)		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	(110)	(1.844)	—	3.436	(8.919)	(932)	(6.608)	(2.247)	(15.637)	(1.587)
Receita de juros	—	—	—	3.436	681	1.373	16.407	10.893	17.088	15.702
Despesas de juros	(88)	(1.843)	—	—	(137)	(2.282)	(602)	(11.237)	(827)	(15.362)
Outras despesas administrativas	(22)	(1)	—	—	(9.463)	(23)	(22.413)	(1.903)	(31.898)	(1.927)

a. A Inter&Co é controlada diretamente pelas empresas Costellis International Limited, SBLA Holdings e Hottaire, majoritariamente;

b. Entidades com influência significativa pela Inter&Co;

c. Conselheiros da Administração e Diretoria da Inter&Co; e

d. Quaisquer membros imediatos da família do pessoal-chave da administração ou empresas por eles controladas, incluindo: empresas controladas por familiares imediatos do controlador da Inter&Co; sociedades sobre as quais o controlador ou seus familiares imediatos tenham influência significativa; outros investidores que tenham influência sobre a Inter&Co e seus familiares próximos.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido uma despesa com proventos no montante de R\$54.021 (R\$31.730, em 31 de dezembro de 2023).

37. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação desta demonstração financeira.